



Gestão do Risco de Crédito e Rentabilidade dos Bancos: O caso português

Fernando Lucas Tchicoco

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Contabilidade e Finanças



Gestão do Risco de Crédito e Rentabilidade dos Bancos: O caso português

Fernando Lucas Tchicoco

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação do Mestre Adalmino Álvaro Malheiro de Castro Andrade Pereira.

Resumo

A gestão do risco de crédito é muito importante para os bancos uma vez que representa parte integrante do processo de concessão de empréstimos. O presente trabalho tem como principal objetivo descrever o nível de impacto da gestão do risco de crédito sobre a rentabilidade dos cinco maiores bancos a operar em Portugal.

Foi utilizada uma abordagem qualitativa no desenvolvimento da revisão da literatura, e quantitativa no estudo empírico, focado fundamentalmente na descrição dos resultados obtidos com o *software* SPSS. Foi utilizado um modelo de regressão linear simples, em que foi definido como indicador de rentabilidade o ROE e o NPLR como indicador da gestão do risco de crédito, sendo que o primeiro representa a variável dependente e o segundo a variável independente.

Os dados foram retirados dos relatórios e contas dos cinco bancos que compõem a amostra, no período entre 2007 e 2013. O resultado do modelo de regressão revela que a gestão do risco de crédito afeta a rentabilidade dos cinco bancos que constituem a amostra, existindo uma relação inversa entre as variáveis, e 54,7% da variável dependente pode ser explicada pela variável independente. Na análise efetuada individualmente, ficou evidenciado que o NPLR é capaz de prever variações do ROE dos bancos, com exceção do Banco BPI.

Palavras-chave: gestão do risco de crédito; rentabilidade; crédito em incumprimento; Banco.

Abstract

Credit risk management is very important to banks as it is an integral part of the loan process. The main purpose of our study is to describe the impact level of credit risk management on profitability in the five largest banks in Portugal.

We used a qualitative approach to develop the theoretical framework and quantitative approach on empirical study, focused mainly on the description of output from SPSS. We have used a linear regression model to do the empirical analysis, and we have define ROE as profitability indicator while NPLR as credit risk management indicators, so the first one represent the dependent variable and the other independent variable. The data is collected from the sample banks annual reports and accounts (consolidated accounts), among 2007-2013. The results of the regression model reveal that credit risk management has inverse impact on profitability in all five banks. The results indicate that NPLR can predict ROE with 54.7 percent probability. The Individual analysis on each bank reveals that the impact of credit risk management on profitability is not the same in all banks. The NPLR of Banco BPI are incapable to predicting ROE.

Keywords: *credit risk management; profitability; non-performing loans; Bank.*

Dedicatória

Ao meu pai.

À minha mãe.

E aos meus irmãos.

Agradecimentos

A concretização deste trabalho marca o fim de uma etapa marcante da minha vida. Quero agradecer a todos aqueles que contribuíram de forma determinante para a sua concretização.

Um especial agradecimento ao Professor Mestre Adalmiro Álvaro Malheiro de Castro Andrade Pereira pela disponibilidade e colaboração.

Aos meus pais e irmãos pela força motivacional que sempre transmitiram e pela confiança em mim depositada.

À Patrícia pelo companheirismo.

Muito Obrigado.

Lista de Abreviaturas

APB – Associação Portuguesa de Bancos

BCBS – *Basel Committee on Banking Supervision*

BCE – Banco Central Europeu

BCP – Banco Comercial Português

BdP – Banco de Portugal

BES – Banco Espírito Santo

BESCL – Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

BIS – *Bank for International Settlements*

BO – Boletim Oficial

BPI – Banco Português de Investimento

BST – Banco Santander Totta

CAR – *Capital Adequacy Ratio*

CGD – Caixa Geral de Depósitos

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CNSF – Conselho Nacional de Supervisores Financeiros

UE – União Europeia

EUA – Estados Unidos da América

IC – Instituições de Crédito

IRB - *Internal Ratings Based*

ISP - Instituto de Seguros de Portugal

NI – *Net Income*

NPL – *Non-performing Loan*

NPLR – *Non-performing Loan Ratio*

P-value – *Probability Value*

RGICSF – Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

RL – Resultado Líquido

ROE – *Return on Equity*

SEBC - Sistema Europeu de Bancos Centrais

S&P – Standard & Poor's

SIBAP - Sistema de Instruções do Banco de Portugal

ÍNDICE

Resumo	iii
Abstract	iv
Dedicatória.....	v
Agradecimentos	vi
Lista de Abreviaturas	vii
Índice de Tabelas	xi
Índice de Gráficos	xii
Índice de Figuras.....	xiii
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA	3
Capítulo I – Risco de crédito	4
1.1. O Risco	4
1.1.1. Riscos Financeiros	5
1.1.2. O Risco no Sector Bancário.....	9
1.2. Risco de Crédito	10
1.2.1. Incumprimento.....	11
1.2.2. Gestão do Risco de Crédito	11
1.2.3. Notação de Rating.....	13
1.3. O Mercado de Crédito Português	14
1.3.1. Instituições de Crédito	17
1.3.2. Supervisão.....	18
Capítulo II – Regulação do sistema financeiro	21
2.1. Os Acordos de Basileia.....	22
2.2. Avisos do Banco de Portugal.....	24

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	26
Capítulo III – Impacto da Gestão do Risco de Crédito na Rentabilidade dos Bancos	27
3.1. Metodologia.....	27
3.1.1. Amostra.....	28
3.1.2. Especificação do Modelo.....	35
3.2. Resultados e Discussão	38
CONCLUSÕES	45
Referências Bibliográficas	47
Anexos	52
Apêndices	55

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Autoridades de supervisão do mercado financeiro português	19
Tabela 2 - Composição da amostra.....	29
Tabela 3 – Marcos históricos da CGD.....	30
Tabela 4 – Marcos históricos do BCP	31
Tabela 5 – Marcos históricos do BPI.....	32
Tabela 6 – Marcos históricos do BST.....	33
Tabela 7 – Marcos históricos do BES.....	34
Tabela 8 - Modelo.....	35
Tabela 9 - Síntese dos coeficientes para os cinco bancos.....	39
Tabela 10 - Síntese dos coeficientes para a CGD	39
Tabela 11 - Síntese dos coeficientes para o BCP	40
Tabela 12 - Síntese dos coeficientes para o BES.....	41
Tabela 13 - Síntese dos coeficientes para o BPI.....	42
Tabela 14 - Síntese dos coeficientes para o BST.....	43
Tabela 15 - Escala das principais agências de rating.....	52
Tabela 16 – Base de Dados.....	55
Tabela 17 - Resultados da regressão aplicada sobre os cinco Bancos.....	56
Tabela 18 - Coeficientes da regressão aplicada sobre a CGD	57
Tabela 19 - Coeficientes da regressão aplicada sobre o BCP.....	57
Tabela 20 - Coeficientes da regressão aplicada sobre o BPI	58
Tabela 21 - Coeficientes da regressão aplicada sobre o BST	58
Tabela 22 - Coeficientes da regressão aplicada sobre o BES	59

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução dos ativos totais nos cinco maiores bancos	15
Gráfico 2 - Evolução do crédito a clientes nos cinco maiores bancos.....	15
Gráfico 3 - Rácio de crédito em risco (% do crédito bruto)	16
Gráfico 4 - Imparidades para crédito (% do crédito bruto)	16
Gráfico 5 - ROA e ROE – Valor em final de período*	17
Gráfico 6 – ROE da CGD.....	40
Gráfico 7 – NPLR da CGD.....	40
Gráfico 8 – ROE do BCP.....	41
Gráfico 9 – NPLR do BCP	41
Gráfico 10 – ROE do BES	42
Gráfico 11 – NPLR do BES.....	42
Gráfico 12 – ROE do BPI.....	43
Gráfico 13 – NPLR do BPI.....	43
Gráfico 14 – ROE do BST	44
Gráfico 15 – NPLR do BST.....	44
Gráfico 16 - ROE dos cinco bancos entre 2007 e 2013.....	60
Gráfico 17 – NPLR dos cinco bancos entre 2007 e 2013	60
Gráfico 18 – Ativo total dos cinco bancos entre 2007 e 2013	61
Gráfico 19 - Crédito a clientes dos cinco bancos entre 2007 e 2013.....	61

Índice de Figuras

Figura 1 - Espectro dos principais riscos do sector bancário.....	10
Figura 2 - Processo de gestão do risco de crédito.....	12
Figura 3 - Evolução dos Acordos de Basileia.....	22
Figura 4 – Variáveis do modelo.....	36
Figura 5- Extração do NPLR no Relatório e Contas da CGD	53
Figura 6 – Extração do ROE no Relatório e Contas do BES.....	53
Figura 7 – Extração do ROE e NPLR no Relatório e Contas do BCP	54
Figura 8 – Simplificação da equação de regressão aplicada.....	55

INTRODUÇÃO

Alcançar níveis de rentabilidade¹ positivos constitui um objetivo basilar das organizações, quer sejam empresas públicas ou privadas, quer sejam empresas financeiras ou não financeiras, quer sejam empresas grandes, pequenas ou de média dimensão (Caiado & Caiado, 2008). As instituições bancárias tal como todas as organizações com fins lucrativos têm o mesmo objetivo, ou seja, maximizar os lucros decorrentes da sua atividade, o que implica uma avaliação e gestão rigorosa dos riscos incorridos (Bonfim, 2006). Tendo em consideração que uma parte importante desses riscos está associada ao crédito concedido, torna-se bastante importante compreender até que ponto a ocorrência de incumprimentos² condiciona a rentabilidade apresentada pelos bancos.

O objetivo principal do nosso estudo é descrever o nível de impacto da gestão do risco de crédito na rentabilidade dos cinco maiores bancos a operar em Portugal, no período entre 2007 e 2013. Como motivação suplementar para o desenvolvimento deste tema, destaca-se o facto de existirem poucos estudos que explicam este fenómeno em Portugal, embora seja um tema bastante atual. As instituições bancárias publicam regularmente os seus relatórios e contas, para efetuarmos a análise pretendida conseguimos através destes documentos, alguns indicadores imprescindíveis, como é o caso do ROE (*Return on Equity*) e do NPLR (*Non-performing Loan Ratio*).

Em termos empíricos, o presente estudo segue o trabalho desenvolvido por Ogboi e Unuafé (2013), Poudel (2012) e Ara Hosna, Bakaeva Manzura e Sun Juanjuan (2012)³.

A dissertação encontra-se organizada em duas partes, uma teórica e outra prática. A parte teórica caracteriza-se por ser um estudo do tipo qualitativo de base exploratória em que efetuamos uma pesquisa de estudos alusivos ao tema, que culminou com o desenvolvimento de um texto que sintetiza e integra contributos de diferentes autores. A finalidade deste

¹ “Rentabilidade - É o rendimento que se obtém de uma aplicação de fundos durante um determinado período de tempo, geralmente expresso sob a forma de percentagem” (Caiado & Caiado, 2008, p. 178).

² “Incumprimento - Situação de não pagamento atempado das dívidas por parte do devedor.” (BdP - Banco de Portugal, 2009, p. 5)

³ Trabalho que corresponde a uma dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Ciência da Contabilidade pela Universidade de Gotemburgo (Suécia), na Escola Superior de Gestão, Economia e Direito.

levantamento resume-se em obter conhecimento que auxilie na obtenção da resposta a problemática inicial (Sousa & Baptista, 2011). A parte prática caracteriza-se por ser um estudo do tipo quantitativa, e a estratégia metodológica adotada é o estudo de um caso.

Ainda em relação à forma como a dissertação se encontra organizada, a mesma subdivide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, fez-se um enquadramento teórico ao conceito de risco, passando também pela análise do mercado de crédito português. No segundo capítulo fez-se uma abordagem à regulação do sistema financeiro, observando os três Acordos de Basileia criados pelo *Basel Committee on Banking Supervision* (BCBS), do *Bank for International Settlements* (BIS), é também destacada a questão dos avisos do Banco de Portugal (BdP). No terceiro e último capítulo, que faz parte do estudo empírico. Começamos por apresentar a estratégia metodológica da investigação, os critérios de seleção da amostra, as especificações do modelo que nos permitiu dar resposta à questão de investigação, e é feita ainda a descrição das variáveis. Finalizamos este capítulo apresentando os resultados obtidos e a discussão sobre os mesmos.

PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA

Capítulo I – Risco de crédito

No primeiro capítulo elaboramos uma abordagem ao conceito de risco, e também um enquadramento teórico dos diferentes tipos de riscos financeiros de maior relevância no sector bancário, fazendo incidir mais o estudo na noção de risco de crédito, e para finalizar uma síntese da caracterização do mercado de crédito em Portugal.

1.1. O Risco

Em termos gerais, o risco pode ser definido como a probabilidade de ocorrência de alguns eventos divergentes face ao que era esperado (Silva, Mota, Queirós, & Pereira, 2013).

Numa perspetiva económica, Soares, Moreira, Pinho, e Couto (2008) definem o risco como sendo a probabilidade de um fluxo financeiro futuro não ocorrer ou ocorrer em montante diferente do esperado. Enquanto de acordo com Franck Moreau (2003), citado por Carvalho (2009, p. 37), “um risco empresarial pode ser definido como a ameaça de um acontecimento, uma ação ou uma inação afetar a capacidade de a empresa atingir os seus objetivos estratégicos e comprometer a criação de valor”. É de realçar que em nenhuma destas definições se faz referência a perdas enquanto na linguagem corrente a palavra risco é frequentemente associada à ideia de perda. Contudo, este facto não corresponde à verdade, pois a noção de risco é a probabilidade de ocorrer uma perda ou um ganho, existindo assim uma relação direta entre risco e rentabilidade esperada (Soares *et al*, 2008).

De referir ainda que o conceito de risco é frequentemente confundido com o conceito de incerteza. Porém, os conceitos diferem bastante visto que a constatação de um risco sucede quando se pode estimar objetivamente as probabilidades de ocorrência de um acontecimento, enquanto a incerteza baseia-se apenas em probabilidades subjetivas (Martins, Cruz, Augusto, Silva, & Gonçalves, 2009).

1.1.1. Riscos Financeiros

Conforme Silva *et al* (2013), todas as empresas, pertencentes ou não ao sector financeiro, se deparam com multiplicidade de riscos na condução dos seus negócios.

O BdP através do documento denominado por MAR – Modelo de Avaliação de Riscos (BdP - Banco de Portugal, 2007), identifica nove categorias de risco: os financeiros que abrangem o risco de crédito, risco de mercado, risco de taxa de juro e risco cambial; e os não financeiros que compreendem o risco operacional, risco dos sistemas de informação, risco de estratégia, risco de “*compliance*” e risco de reputação.

Caiado & Caiado (2008), referem que os bancos como todas as instituições financeiras em geral, no desenvolvimento da sua atividade, estão sujeitas a uma série de riscos, designadamente quando realizam operações que envolvem ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais. Os principais riscos enfrentados pelas instituições bancárias e outras instituições financeiras relacionadas, conforme Kumar (2014) e Alcarva (2011), são o risco de crédito, risco de taxa de juro, risco de mercado, risco de capital, risco operacional e o risco de liquidez. Outros riscos, não menos importantes e referenciados pelo primeiro autor são o risco de estratégia, risco do país, risco cambial, risco de concentração, risco da contraparte, risco de *compliance* e o risco de reputação. Apresentam-se de seguida o que se entende por cada um dos riscos acima referidos.

Risco de crédito

“Este risco corresponde ao risco de a contraparte no financiamento incumprir com a sua obrigação numa data específica” (Alcarva, 2011, p. 67). Este representa o risco em destaque nesta dissertação, pelo que será abordado de uma forma alargada no ponto 1.2.

Risco de taxa de juro

Este risco representa a eventualidade de perda financeira em função de variações das taxas de juro. Isso acontece porque a taxa de juro é uma das variáveis de mercado que influenciam inevitavelmente um conjunto de ativos financeiros e que condicionam quase universalmente todos os agentes económicos, na prática qualquer ativo financeiro sujeito ao risco da taxa de juro tem um valor diferente após cada variação (Silva *et al* 2013).

Risco de mercado

De acordo com Alcarva (2011), este risco está associado às condições financeiras que envolvem os bancos e que resulta de movimentos adversos no mercado do preço dos ativos. Para melhor exemplificar este risco serve o ambiente que se tem vivido nos mercados financeiros desde 2007, com o desencadear da crise do *sub-prime*⁴ e agudizada já em 2010 com a crise da dívida soberana de alguns Estados da Europeus.

Risco de Capital

Este risco aparece definido no Anexo III do Regulamento n.º 2/2012 da CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), como sendo o “risco de o montante a receber pelo investidor vir a ser inferior ao capital investido”. É importante referir que um dos princípios primários do negócio bancário é o de manter o capital próprio adequado a uma base contínua, esta adequação está diretamente relacionada com o peso médio do risco de crédito da carteira do banco (Alcarva, 2011).

Risco Operacional

Segundo a JPMorgan Chase & Co. (2014) e Alcarva (2011), define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, passando por perdas decorrentes de eventos externos, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos celebrados pelo banco, até às indemnizações pagas por danos a terceiros decorrentes da atividade desenvolvida pela instituição. Adicionalmente convém referir que os riscos operacionais que as instituições financeiras defrontam têm vindo a tornar-se cada vez mais complexos, resultante de mudanças com uma maior sofisticação das operações no decorrer do desenvolvimento da prática bancária e de uma maior aversão ao risco (Alcarva, 2011).

⁴“A crise do *sub-prime*, cujas manifestações se começaram a fazer sentir a partir de 2006, representa um dos mais marcantes períodos da história recente, em termo dos efeitos perniciosos que a negligencia na gestão do risco ocasiona.” (Carvalho, 2009, p. 249)

Risco de Liquidez

Define-se de duas formas distintas e ao mesmo tempo intimamente relacionadas. Risco de liquidez de ativos – surge quando uma transação não pode ser concretizada aos preços de mercado, devido ao facto de o volume envolvido ser demasiado elevado relativamente aos volumes que por norma são transacionados. Esta tipologia varia consoante o tipo de ativos, os mercados onde são negociados e ao longo do tempo em função das condições de mercado (Alcarva, 2011). Risco de liquidez de *funding* – relacionado com o aparecimento de dificuldades para cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas. Ainda segundo Alcarva, estas mesmas dificuldades de liquidez podem levar a liquidações antecipadas e desordenadas de ativos.

Este risco surge então quando uma instituição bancária não tem recursos para cumprir as suas obrigações. Nestas situações, apenas existe a solução de repor o equilíbrio, recorrendo ao financiamento externo, ou internamente, invertendo o peso relativo dos depósitos dos créditos concedidos, ou seja, aumentando os depósitos e reduzindo os créditos (Alcarva, 2011).

Risco de estratégia

No documento referente à Disciplina de Mercado da Unicre (2014, p. 13) o risco de estratégia vem definido como sendo “a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões ou da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente, bem como a alterações no ambiente de negócios da Instituição.”

Risco do país

Aparece referido no Relatório e Contas do Banco BPI (2014, p. 138) que este risco “está associado a alterações ou perturbações específicas de natureza política, económica ou financeira, nos locais onde operam as contrapartes (ou, mais raramente, num terceiro país onde o negócio tem lugar), que vêm impedir o integral cumprimento do contrato, independentemente da vontade ou capacidade das contrapartes”.

Risco cambial

Para Silva *et al* (2013), este risco surge da possibilidade de ocorrência de variações significantes nas taxas de câmbio, designadamente diminuição do valor dos ativos ou aumento do valor das responsabilidades expressos na moeda estrangeira. Em sentido prático afirmam que, o risco cambial está associado à volatilidade da taxa de câmbio do país no qual os fluxos são originados e por isso implica a possibilidade de desvalorização da moeda local relativamente à moeda de origem após a realização do investimento.

Risco de Concentração

Silva *et al* (2013) referem que este risco resulta de uma inadequada composição de uma carteira de ativos financeiros em termos de exposição ao risco de volatilidade a que determinado agente económico fica sujeito. Ainda segundo os mesmos autores, para uma análise e gestão eficaz deste risco, procura-se observar o peso de determinados ativos numa carteira atendendo ao risco a que o próprio agente económico está sujeito e é utilizada uma graduação desses mesmos ativos que, ponderado pela percentagem de exposição desse agente na sua carteira total, permite obter o excesso de concentração em determinados ativos, o que por si só refletirá o risco de concentração.

Risco de contraparte

Este risco “diz respeito à incerteza de a contraparte de um determinado contrato cumprir com as suas obrigações financeiras. A exposição a este risco surge na sequência da realização de contratos que envolvem ativos financeiros. Acaba por ser um risco semelhante ao risco de crédito, mas que não resulta diretamente da dívida ou crédito de ativos financeiros, mas antes de negociações e acordos contratuais que têm probabilidades de não se verem cumpridos”, conforme Silva *et al* (2013, p. 239).

Risco de *compliance*

Como é referido por Silva *et al* (2013), este risco resulta de transgressões ou divergências relativamente às leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos. Como perdas associadas a este risco surgem as sanções de carácter legal

ou regulamentar, as limitações das oportunidades de negócio, as reduções do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

Risco de reputação

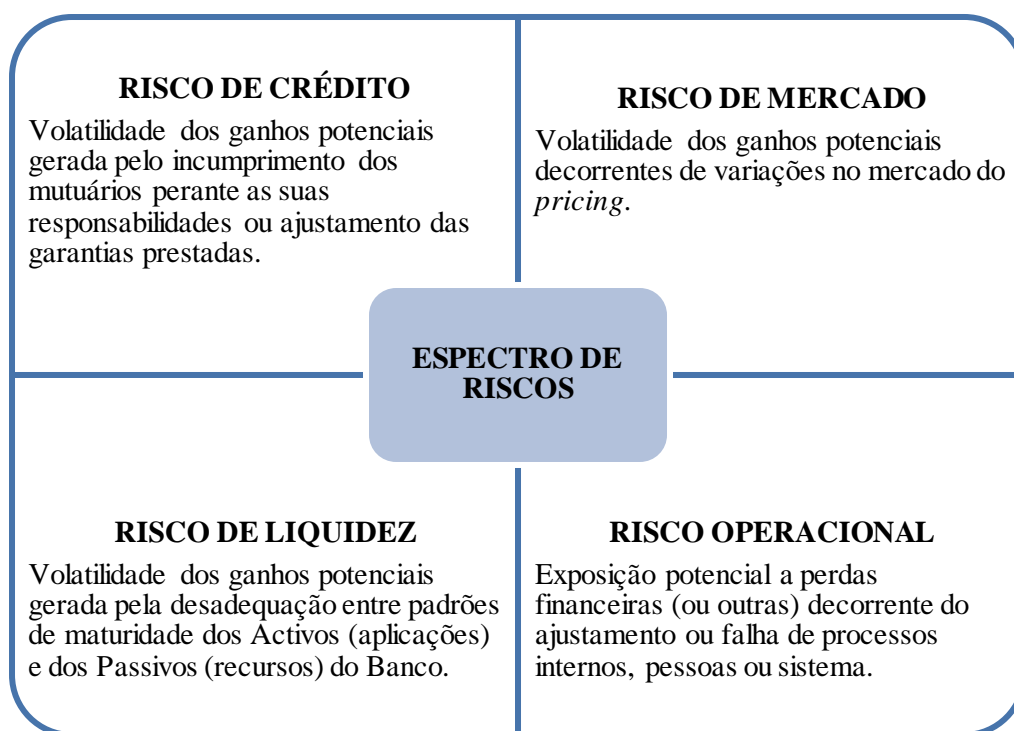
O risco de reputação revela-se na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes duma perceção adversa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, por parte de clientes, contrapartes, fornecedores, colaboradores, acionistas, entidades reguladoras, órgãos de imprensa ou pelo público em geral, este é um risco de difícil quantificação e pode ser bastante inconveniente para as instituições pois, a sua atividade baseia-se na confiança (Silva *et al*, 2013) (Unicre, 2014).

1.1.2. O Risco no Sector Bancário

A definição de banco aparece no glossário do BdP (2009) da seguinte forma: Instituição de Crédito cuja atividade consiste na realização de operações financeiras e na prestação de serviços financeiros, dos quais, os mais comuns são a concessão de crédito e a receção de depósitos dos clientes que remunera.

Como tem sido referido, os bancos esperam retornos dos riscos por eles assumidos. No entanto, é provável que os bancos percam dinheiro com esses mesmos riscos. A figura 1 indica os tipos de riscos a que, de acordo com Alcarva (2011), representam os principais riscos enfrentados pelos bancos.

Figura 1 - Espectro dos principais riscos do sector bancário.



Fonte: Alcarva (2011)

1.2. Risco de Crédito

Dentro das operações ativas no sector bancário, a mais importante como já tem sido referido, é a concessão de crédito a clientes, que constitui também a principal fonte de rendimentos que alimenta a conta de exploração (Caiado & Caiado, 2008). Conceder crédito significa providenciar recursos no presente, em contrapartida de um compromisso de reembolso futuro do correspondente valor desse recurso, tal diferimento simboliza um ato de confiança do credor em relação ao devedor, bem presente na origem da palavra crédito, cuja etimologia radica no vocábulo latino “*creditum*”, proveniente do verbo *credere*, que significa «acreditar» (Carvalho, 2009).

Este representa o risco de maior pertinência no negócio bancário, e pode ser simplesmente definido como a possibilidade que um mutuário do banco ou contraparte não cumprir as suas obrigações em conformidade com os termos acordados (BCBS - Bank for International Settlements, 2000). No caso do crédito concedido pelos bancos produz-se como consequência a não recuperação do capital, juros e comissões, nos termos da dívida, prazos e demais condições estabelecidas nos contratos (Unicre, 2014).

1.2.1. Incumprimento

Como referencia Silva *et al* (2013, p. 227), “é do conhecimento geral a difícil situação do crédito malparado em Portugal, sendo hoje comum o incumprimento parcial ou total do pagamento de dívidas. Nos anos recentes, o crédito em incumprimento (*Non-Performing Loan* ou NPL) continua a crescer, tendo atingido os níveis mais elevados da última década”.

O BdP (2009) expõe no glossário presente no seu *website* a definição de incumprimento como sendo uma “situação de não pagamento atempado das dívidas por parte do devedor”.

As duas principais razões para a ocorrência de incumprimento são apresentadas no documento apresentado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) da autoria de Bloem & Gorter (2001):

- Uma inadequada gestão do risco e as adversidades de fatores externos;
- A inflação, a desregulamentação e as condições especiais de mercado podem levar a fracas decisões de concessão de crédito que por sua vez leva ao incumprimento.

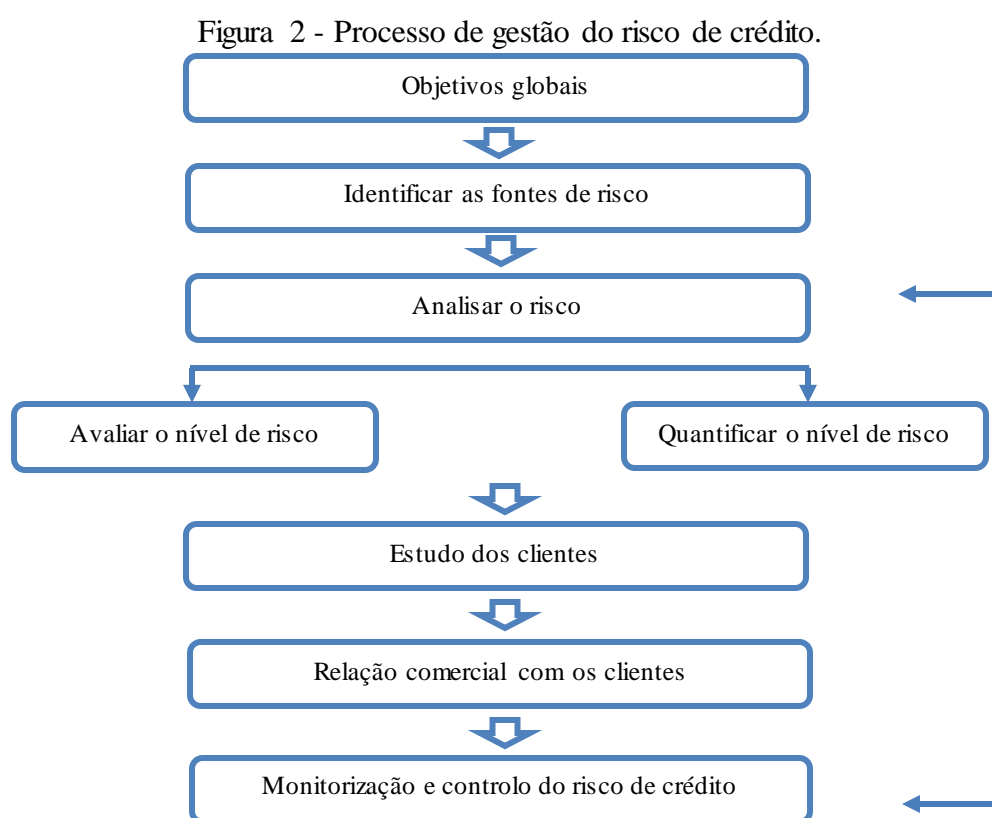
O mesmo documento de trabalho do FMI incentiva a ter mais em conta o NPL para as estatísticas macroeconômicas, o que torna este como sendo um indicador a ser amplamente utilizado em estatísticas macroeconómicas (Hosna, Manzura, & Juanjuan, 2009) (Brewer III & Jackson III, 2006).

1.2.2. Gestão do Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é um dos grandes desafios para os bancos, sendo que o insucesso nesta frente conduz inevitavelmente à falência. A recente crise do *sub-prime* é o expoente máximo das consequências do risco de crédito (Alcarva, 2011).

Para Franck Moreu (2003), citado por Carvalho (2009, p. 38), a gestão do risco “pretende identificar e antecipar os acontecimentos, ações ou inações suscetíveis de afetar a execução da estratégia num determinado horizonte, definir as alternativas de resolução e garantir a escolha de uma opção otimizada, aplicar essa opção e controlar a eficiência”.

O objetivo da gestão do risco de crédito é maximizar a taxa de retorno ajustada ao risco de crédito dentro dos parâmetros aceitáveis. A gestão eficaz do risco de crédito é uma componente crítica e é essencial para o sucesso a longo prazo de qualquer organização bancária (BCBS - Bank for International Settlements, 2000). Um sistema robusto de gestão de risco permite, entre outros, manter a continuidade do negócio e evitar a falência, gerir os efeitos resultantes das variações no contexto externo à organização, obter benefícios e explorar oportunidades (Carvalho, 2009). Depois de efetuada a avaliação e quantificação do risco de crédito é necessário decidir como abordar ou gerir esse mesmo risco, e este processo está sistematizado na figura que se segue:



Fonte: Adaptado de Carvalho (2009), citado por Silva *et al*, (2013)

Após a adequada conjugação destes fatores (avaliação, medição e gestão) obtém-se um dos vetores estratégicos que permite à organização materializar os seus objetivos de lucro e de valor: a gestão do risco de crédito (Carvalho, 2009).

1.2.3. Notação de *Rating*

De acordo com Carvalho (2009), a notação de *rating* teve origem nos Estados Unidos da América (EUA), e é resultante da escassez de informação e da dificuldade da avaliação do risco de crédito. Mota e Custódio (2012) referem ainda que o *rating* representa uma classificação que é feita quanto à capacidade que um devedor, seja uma empresa ou país, tem de pagar nos prazos estabelecidos a dívida que está a ser objeto de análise e é importante salientar que esta avaliação não procura simultaneamente, no caso das empresas, indicar níveis de rentabilidade ou performance.

Com o objetivo de melhor entender o risco de crédito e o gerir, o Acordo Basileia II pressionou as Instituições de Crédito (IC) a desenvolverem sistemas internos de *rating* (Alcarva, 2011).

“Os *ratings* internos (também designados por *Internal ratings-based* ou IRB) são atribuídos pelas instituições bancárias aos seus clientes. Para a sua obtenção a instituição bancária recolhe informações sobre a características dos clientes e compara essas informações com dados passados de situações de incumprimento, de maneira a retirar conclusões sobre com que frequência os clientes com características idênticas não reembolsaram os empréstimos. Os *ratings* externos são atribuídos pelas agências de notação” (Silva *et al*, 2013, p. 330).

O *rating* interno de uma empresa para um banco revela a sua credibilidade enquanto devedora, traduzindo o grau de probabilidade de reembolsar o financiamento que lhe foi concedido, a atribuição do *rating* faz-se através de informação quantitativa e qualitativa, por comparação com dados de clientes com o mesmo perfil de risco, bem como com o respetivo histórico de comportamento. (Alcarva, 2011)

A avaliação do *rating* embora acarrete uma razoável complexidade analítica tem como resultado final a atribuição de uma nota, as notações são dadas segundo uma escala que difere consoante se tratem de dívidas de longo ou curto prazo (Mota & Custódio, 2012). No caso do longo prazo, que é frequentemente referenciado, o anexo 1 sintetiza as escalas das

três principais empresas do ramo⁵. A simplicidade do resultado final do *rating*, tornou-o num instrumento tão relevante para os investidores na medida em que substitui uma análise exclusiva e dispendiosa da condição do devedor (Mota & Custódio, 2012).

Carvalho (2009, p. 118) referiu que “segundo informação da Moody’s, o número total de entidades com notação de *rating* ronda apenas as 6.500, das quais cerca de 3.000 se situam nos EUA. Na verdade, a classificação do risco de crédito resultante de um processo de *rating* é particularmente direcionada a grandes empresas, bancos, municípios e a emissões de Dívida Pública por parte de Estados soberanos.”

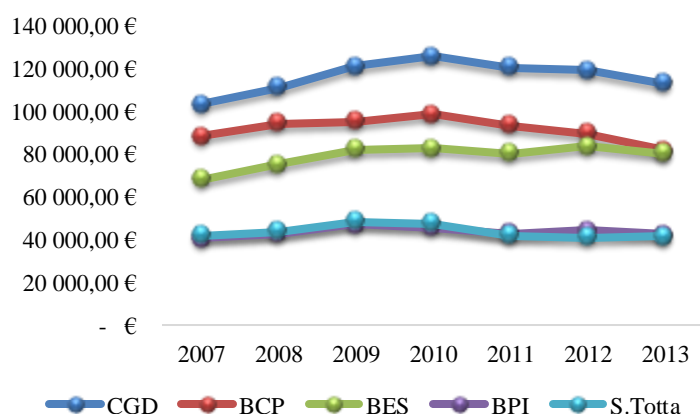
1.3. O Mercado de Crédito Português

No mercado do crédito, tal como nos restantes mercados liberalizados, também a oferta e a procura determinam a evolução do preço (taxa de juro) e do volume de crédito que é transacionada (Carvalho, 2009).

O sistema bancário português tem características muito idênticas aos restantes sistemas bancários europeus, designadamente, no que respeita ao peso dos empréstimos no ativo (cerca de 70%), com uma divisão mais ou menos equitativa entre financiamentos a pessoas e a empresas, ainda assim, relativamente a média da Zona Euro e menos com Espanha, os bancos nacionais têm uma menor exposição às empresas (Alcarva, 2011). Segundo o mesmo autor, em Portugal, o sistema bancário continua a ser bastante concentrado, uma vez que os cinco maiores bancos (CGD, Millennium BCP, BES, Santander Totta e Banco BPI) possuem cerca de 70% dos ativos totais. A evolução desses ativos, tendo em conta valores divulgados nos Relatórios e Contas dos cinco maiores bancos, pode ser analisada pelo gráfico que se segue:

⁵ “No presente esta área de atividade é globalmente dominada por três empresas: a Moody’s e Standard and Poor’s (S&P), numa posição de maior relevância e a Fitch. Coexistem ainda um razoável número de empresas de *rating*, na generalidade dos casos com expressão meramente local” (Mota & Custódio, 2012, p. 220).

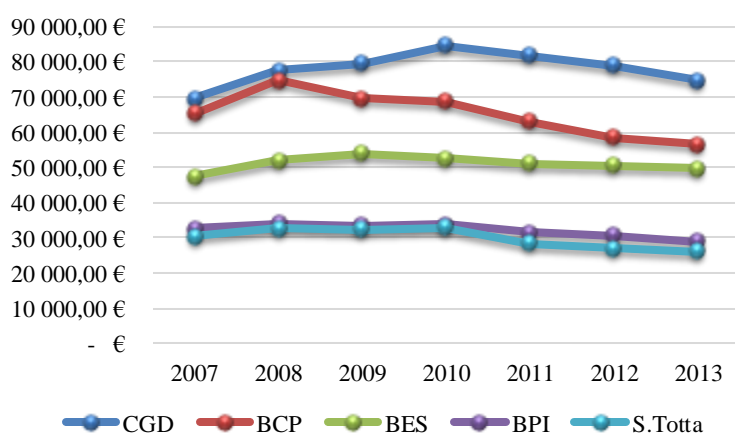
Gráfico 1 - Evolução dos ativos totais nos cinco maiores bancos (milhões de euros)



Fonte: Elaboração própria (Apêndice 4)

O sistema bancário em Portugal era bastante rentável nos anos anteriores à crise financeira que teve início em 2007. E essa elevada rentabilidade, em parte, refletia a solidez económica e o crescimento exponencial dos financiamentos à atividade interna, sustentado pela manutenção durante um longo período das taxas de juro em níveis historicamente reduzidos. (Alcarva, 2011)

Gráfico 2 - Evolução do crédito a clientes nos cinco maiores bancos (milhões de euros)



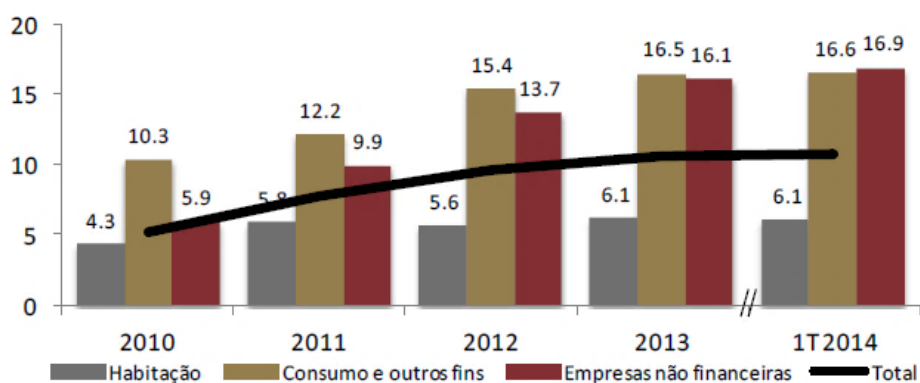
Fonte: Elaboração própria (Apêndice 4)

Através do gráfico 2, referente aos dados apresentados no apêndice 4, podemos visualizar que o volume do crédito a clientes das cinco maiores instituições bancárias em Portugal variam de instituição para instituição e ao longo do período em análise. Na CGD verifica-se uma tendência crescente até 2010, passando este a representar o ano de inversão desta mesma tendência. O BCP apresenta um comportamento similar, sendo que o momento de inversão

acontece mais cedo, em 2008. Em relação ao BES, o crédito a clientes tem vindo a apresentar um comportamento minimamente regular, embora exista também uma pequena variação de tendência crescente em 2009. A evolução do crédito a clientes nos últimos anos no BPI e no Santander (ou BST) tem apresentado comportamentos bastante similares, sendo que ambos apresentam as mesmas tendências em anos idênticos. Registraram uma descida mais acentuada em 2010.

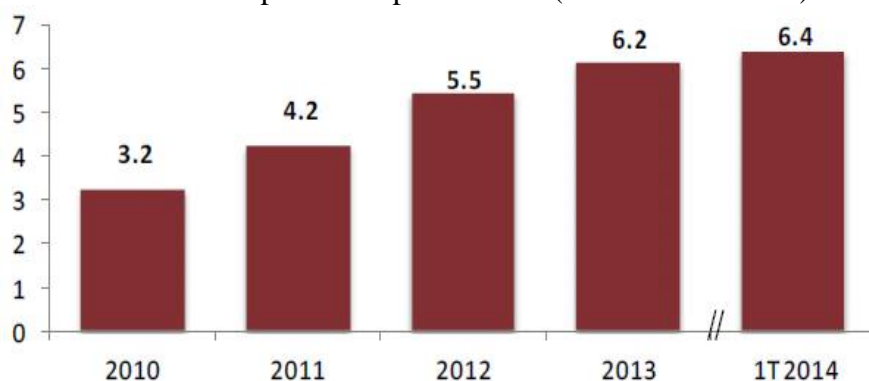
“Desde 2008, no entanto, a rentabilidade caiu drasticamente, à medida que as condições financeiras e macroeconómicas se deterioravam” (Alcarva, 2011, p. 121). Segundo o mesmo autor, o financiamento dos bancos e da economia em geral tem sido negativamente afetado e entre os bancos portugueses o rácio dos incumprimentos sobre o crédito cresceu de 2,7 para 3% nos seis primeiros meses de 2010.

Gráfico 3 - Rácio de crédito em risco (% do crédito bruto)



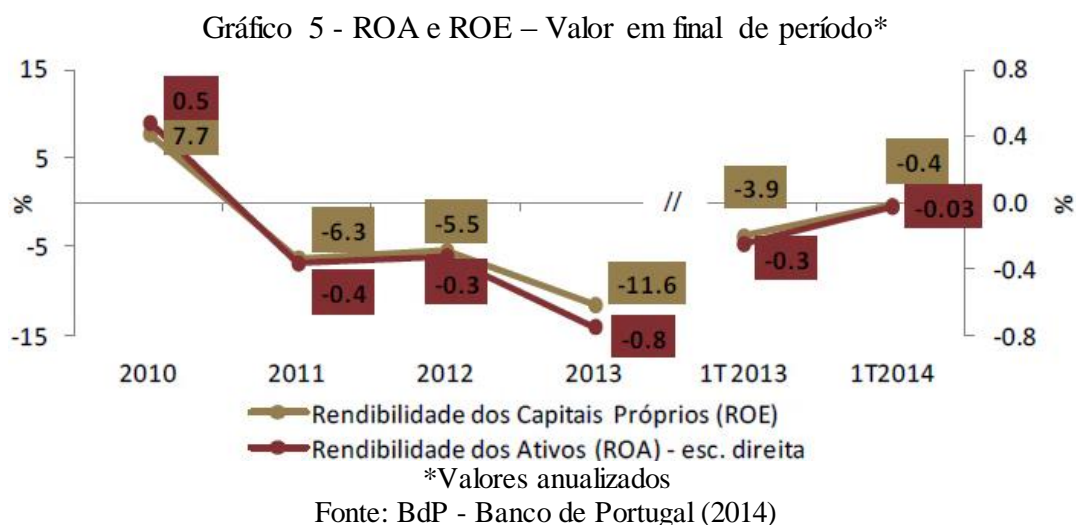
Fonte: BdP - Banco de Portugal (2014)

Gráfico 4 - Imparidades para crédito (% do crédito bruto)



Fonte: BdP - Banco de Portugal (2014)

Tendo em conta a conjuntura atual, verifica-se pelo gráfico 3 que o rácio de crédito em risco nas instituições de crédito em geral tem apresentado uma tendência ascendente no primeiro trimestre de 2014, e o agravamento do rácio de crédito em risco desde 2010 derivou sobretudo da deterioração da qualidade do crédito concedido a sociedades não financeiras. O rácio entre imparidades e crédito bruto (gráfico 4) tem vindo a apresentar uma tendência crescente desde 2010, acompanhando o aumento da materialização do risco de crédito (BdP - Banco de Portugal, 2014).



Segundo os dados apresentados pelo BdP (2014), gráfico 5, no primeiro trimestre de 2014 os resultados agregados do sistema bancário português, embora negativos, registaram uma melhoria em relação ao período homólogo de 2013. Por parte das entidades reguladoras e supervisoras existe esforço para inverter esta situação, podemos destacar por exemplo a estratégia apresentada em Maio deste ano pelo conselho de ministros num documento intitulado o “Caminho para o Crescimento” em que uma das medidas previstas é a criação de alertas para identificar empresas em risco de falir, este sistema está em desenvolvimento pelo BdP. (PUBLICO, 2014)

1.3.1. Instituições de Crédito

Segundo o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), uma instituição de crédito é uma empresa cuja atividade consiste em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis, a fim de os aplicar por conta própria mediante a concessão de crédito. O RGICSF regulamenta o processo de estabelecimento e exercício da

atividade das instituições de crédito e das sociedades financeiras em Portugal (Alcarva, 2011).

De acordo com o RGICSF, podem existir em Portugal as seguintes IC:

CAIXAS ECONÓMICAS	SOCIEDADES FACTORING	INSTITUIÇÕES MOEDA ELECTRÓNICA
SOCIEDADES GARANTIA MÚTUA	BANCOS	SOCIEDADES INVESTIMENTO
SOCIEDADES LEASING	SOC. FIN. AQUISIÇÃO DE CRÉDITO	CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

De acordo com Caiado e Caiado (2008), os bancos são as instituições que, de longe, assumem maior destaque no conjunto das instituições de crédito e sociedades financeiras e mesmo no conjunto do sector financeiro, a atividade bancária vem desempenhando, ao longo dos tempos, uma função importante e até mesmo imprescindível no funcionamento de qualquer economia.

Os bancos assumem essa função, visto que, funcionam como intermediário entre alguns dos agentes económicos que possuem poupanças em excesso e os que não dispõem de meios financeiros suficientes, e estão motivados para efetuar determinadas aplicações, incorrendo evidentemente o respetivo risco. Os bancos procedem então à captação da poupança disponível em poder dos aforradores, pagando-lhes o devido juro, e depois canalizam-na para os investidores, recebendo destes um determinado rendimento (Caiado & Caiado, 2008).

1.3.2. Supervisão

O modelo de supervisão do sistema financeiro português é formado pelo BdP, pela CMVM e pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), que em conjunto, constituem o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) (Rodrigues, 2012).

Tabela 1 - Autoridades de supervisão do mercado financeiro português

O Modelo de Supervisão Português			
Autoridade de supervisão	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	Banco de Portugal	Instituto de Seguros de Portugal
Âmbito de supervisão	Mercados de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados de atividade dos agentes que neles atuam	Instituições de crédito e Sociedades financeiras	Atividade seguradora e resseguradora
Segmento de Mercado	Financeiro	Bancário	Segurador
	Supervisão horizontal	Supervisão vertical	Supervisão vertical

Fonte: (APB - Associação Portuguesa de Bancos, 2014)

Tal como se encontra evidenciado na tabela 1, a supervisão do sistema financeiro português, também prevista no RGICSF, encontra-se distribuída em função dos segmentos de mercado (o bancário, o financeiro e o seguro), o que faz corresponder uma autoridade de supervisão distinta a cada um dos segmentos e que monitoriza todas as vertentes da atividade dos intermediários financeiros. Tendo em conta a finalidade do estudo, iremos focar-nos na supervisão do segmento bancário.

Conforme afirma Cooper (2008) todas as economias modernas têm um banco central, nos EUA existe o Sistema de Reserva Federal, no Reino Unido o Banco de Inglaterra, na Europa o Banco Central Europeu (BCE) e no Japão o Banco do Japão. Estes bancos centrais estão entre as instituições mais poderosas do mundo (Cooper, 2008).

O BdP é o banco central da República Portuguesa, e no desempenho das suas funções de supervisão, compete em especial ao BdP acompanhar a atividade das instituições de crédito, vigiar pela observância das normas que disciplinam a sua atividade, emitir recomendações para que sejam saneadas as irregularidades detetadas, tomar providências extraordinárias de saneamento e sancionar as infrações (Caiado & Caiado, 2008). Num contexto internacional e, em especial europeu, é parte integrante do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) e essa inserção internacional encontra reflexo numa intensa atividade de cooperação (Rodrigues, 2012) (Caiado & Caiado, 2008).

Quando administradas devidamente, as políticas dos bancos centrais podem estimular o desempenho da economia, melhorando os padrões de vida de todos os cidadãos. Mas quando geridos indevidamente, os bancos centrais têm a capacidade de desencadear uma recessão económica, deflação, estagnação ou crise financeira. (Cooper, 2008)

Capítulo II – Regulação do sistema financeiro

Conforme refere Rodrigues (2012), podem identificar-se os seguintes objetivos da regulação do sistema financeiro:

- a) Prevenção do risco sistemático;
- b) A proteção dos clientes;
- c) Incentivar a eficiência do sistema financeiro.

Estes objetivos são concretizados utilizando dois tipos distintos de regulação: a regulação prudencial e regulação comportamental.

A regulamentação prudencial

Conforme afirma Rodrigues (2012), é exercida com vista à prossecução do objetivo de estabilidade de modo a controlar e assegurar a resiliência do sistema financeiro, tem como foco o reconhecimento e o controlo dos riscos.

A regulação comportamental

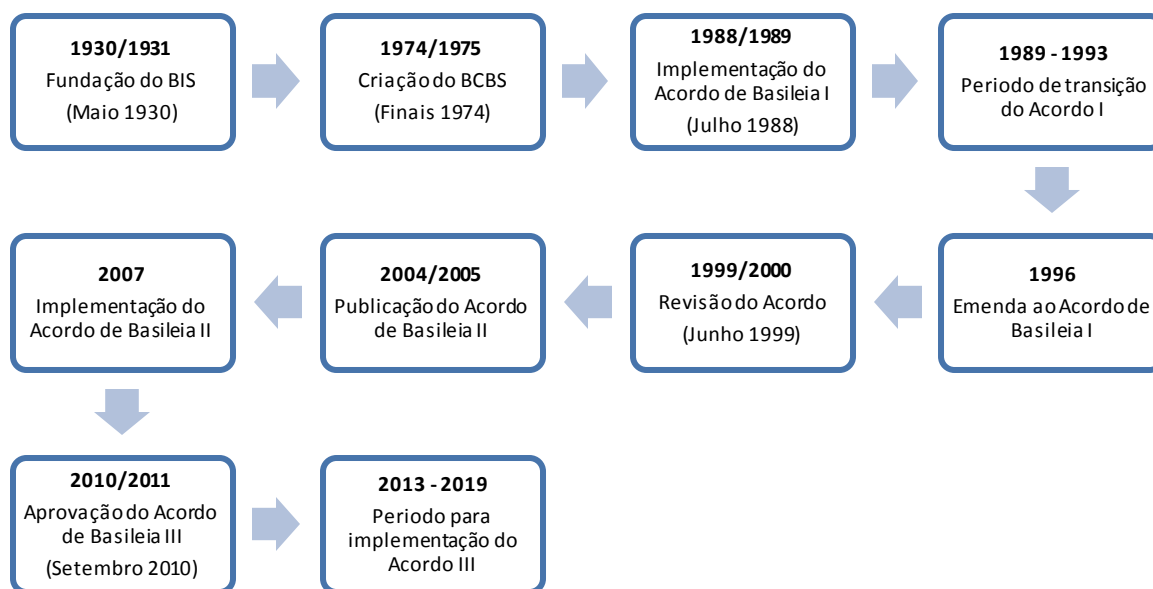
Está associada à forma como é conduzido o negócio pelas instituições financeiras junto dos seus clientes. “A supervisão comportamental do BdP atua sobre o lado da oferta, para que as instituições reúnam elevadas competências no exercício das suas atividades e que, no relacionamento com os seus clientes, respeitem princípios de transparência, diligência, respeito, honestidade e integridade. Atua também do lado da procura, ao desenvolver atividades que visam aumentar os níveis de informação e formação financeira, nomeadamente através do Portal do Cliente Bancário.” (BdP - Banco de Portugal, 2014c).

Não só a supervisão, mas também a regulação do sector bancário é elemento-chave para a segurança financeira. Estabelecer normas prudenciais bem instituídas e assegurar a sua correta implementação garantem a redução do desenvolvimento de crises sistémicas, e é também para evitar situações destes géneros, que foram assinados os designados Acordos de Basileia (Silva *et al*, 2013).

2.1. Os Acordos de Basileia

No cronograma presente na figura 3 encontra-se evidenciada a evolução dos Acordos de Basileia, bem como as entidades que o criaram:

Figura 3 - Evolução dos Acordos de Basileia



Fonte: Silva *et al* (2013)

O BCBS, criado em 1975 pelos governadores dos bancos centrais dos países do Grupo dos Dez (G10), em 1988, publicou uma das recomendações de grande importância, denominado Acordo de Basileia para o cálculo do capital regulamentar, mais tarde designado por Acordo de Basileia I. E segundo Caiado & Caiado (2008), a prioridade deste Acordo foi estabelecer às instituições níveis mínimos de solvabilidade para fazer face ao risco de crédito em que incorrem. Tornava-se assim necessário que os fundos próprios das instituições bancárias assumissem um valor mínimo capaz de responder aos riscos derivados da sua atividade de concessão de crédito, com a finalidade de contribuir para o fortalecimento da solidez e estabilidade do sistema bancário internacional e diminuir as fontes de desequilíbrio competitivo entre os bancos e os sistemas bancários nacionais (Silva *et al*, 2013) (Caiado & Caiado, 2008).

Passados dez anos após a publicação do Acordo de Basileia I, e após uma profunda revisão do mesmo, foi publicado em Junho de 2004 o documento com o título de *International*

Convergence of Capital Measurement na Capital Standards: A Revised Framework, conhecido por Acordo de Basileia II e Novo Acordo de Capital, este não pode ser interpretado como um procedimento de rotura, mas antes, pelo contrário, uma trajetória evolutiva do Acordo de Basileia I e legislação adicional (Caiado & Caiado, 2008). Ainda segundo os mesmos autores, o Novo Acordo de Basileia encontra-se organizado em três pilares, os quais reforçam as sinergias entre controlos internos e externos das instituições sujeitas às determinações deste Acordo:

- Pilar I: Requisitos mínimos de fundos próprios

Segundo Carvalho (2009), neste pilar encontra-se determinado o nível mínimo de capital (8%) para a cobertura dos riscos de crédito, operacional e de mercado.

- Pilar II: Processo de supervisão

“Este pilar visa reforçar o processo de supervisão quanto à adequação de capital nas instituições, o que exige a convergência de políticas e práticas de supervisão. Estas podem originar, nomeadamente por parte das entidades de supervisão, a fixação de requisitos mínimos de capital diferenciados em função dos perfis de risco ou da solidez dos sistemas de gestão e do controlo interno daquelas entidades” (Caiado & Caiado, 2008, p. 71).

- Pilar III: Disciplina de mercado

De acordo com Caiado e Caiado (2008, p. 71), “o objetivo do terceiro pilar é estimular uma maior disciplina do mercado através do aumento da transparência das instituições sujeitas ao Basileia II, a fim de que os agentes de mercado possam estar mais bem informados e possam perceber melhor o perfil de risco dos bancos, ou seja, este pilar visa a prestação de informação ao mercado e ao público em geral, de modo a assegurar maior clarividência sobre a situação financeira das instituições”.

Quanto ao impacto no sector bancário, o Novo Acordo de Basileia, como refere Carvalho (2009), ao corrigir algumas das limitações do Basileia I, teve subjacente a necessidade de diferenciar a ponderação do risco de crédito consoante o risco do mutuário e introduziu os efeitos de diversificação sobre o risco da carteira. Foi estabelecido o objetivo de garantir a

gestão dos riscos bancários numa base individual, mais compreensível e sensível ao risco, encorajando-se os bancos a aprofundar o uso de sistemas próprios para a medição e gestão do risco, os bancos passaram a ter possibilidade de incorporar o risco específico de cada cliente, em vez de um tratamento uniformizado para todos (Carvalho, 2009).

Em Dezembro de 2010 foi publicado um conjunto de reformas previamente estabelecidas pelo BCBS, internacionalmente designado por Basileia III, ou seja, este Acordo III foi desenvolvida a partir do Acordo II. As reformas surgiram no contexto da grave crise financeira e têm como objetivos reforçar os requisitos de capital e de liquidez das instituições financeiras, a fim de garantir um sector bancário e financeiro mais resistente às crises, estas reformas começaram a ser aplicadas, de modo faseado, a partir de 2013 e que se prevê concluir em 2019 (BIS - Bank for International Settlements, 2010). O Acordo de Basileia III tem e terá um impacto significativo para a gestão das instituições de crédito, incluindo as portuguesas, aconselhando uma calibração cautelosa e uma introdução progressiva que permita efetuar uma adaptação destas ao novo ambiente regulamentar sem perturbações excessivas na intermediação financeira na economia (Alcarva, 2011). Alcarva (2011) também refere que as propostas do BCBS neste acordo focam-se na melhoria da regulação global nas áreas de capital e liquidez.

2.2. Avisos do Banco de Portugal

De acordo com a sua Lei Orgânica, o BdP é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Integra desde o seu início, em 1998, o SEBC, constituído pelo BCE e pelos bancos centrais nacionais da União Europeia (UE). De acordo com o Tratado da UE, o objetivo primordial do SEBC é a manutenção da estabilidade dos preços, que constitui o principal objetivo da política monetária. (BdP - Banco de Portugal, 2014b, pp. 2-7).

Entre as suas missões, uma das fundamentais do BdP é salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro português, exercendo o papel de entidade reguladora e supervisora das principais instituições que compõem o sistema financeiro (Caiado & Caiado, 2008) (BdP - Banco de Portugal, 2011).

O BdP, no exercício da sua competência regulamentar, produz um conjunto vasto de publicações, regulares ou não, de natureza económica, estatística, sobre sistemas de pagamentos, supervisão ou outras áreas da sua atividade. É responsável pela emissão de instruções, publicadas no BO (Boletim Oficial) do BdP, e de avisos, publicados em Diário da República, e emite também cartas-circulares, que são orientações de carácter não normativo dirigidas às instituições supervisionadas (BdP - Banco de Portugal, 2014a). As instruções do BdP, nas versões histórica e consolidada, dirigidas a essas instituições é disponibilizada em texto integral e podem ser consultadas no âmbito do SIBAP - Sistema de Instruções do BdP, é possível também efetuar consulta do manual de instruções, constituído pela totalidade das Instruções em vigor e das cartas-circulares que são orientações de carácter não normativo divulgadas através do BO (BdP - Banco de Portugal, 2014a) (Rodrigues, 2012).

O BdP, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 17.º da sua Lei Orgânica, pelo nº 1 do artigo 96.º do RGICSF, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, e pelo nº 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei nº 104/2007, de 3 de abril, tem vindo a publicar diversos avisos, e no que diz respeito à questão da gestão risco de crédito, destacamos o aviso do BdP n.º 5/2007 e o aviso do BdP nº 6/2010. Referimos estes avisos por apresentarem considerações relativas ao cálculo dos requisitos de fundos próprios⁶ para cobertura do risco de crédito.

⁶ “Trata-se da diferença entre o que a empresa tem e o que deve a terceiros em determinado momento. No momento de constituição da empresa corresponde ao capital social. Ao longo do tempo, os fundos próprios são influenciados por vários fatores, como os resultados obtidos pela empresa, as reavaliações do imobilizado, entre outros.” (DECO, s.d.)

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo III – Impacto da Gestão do Risco de Crédito na Rentabilidade dos Bancos

Neste estudo é pretendido, levar a cabo a abordagem de Ara Hosna, Bakaeva Manzura e Sun Juanjuan (2012), em contexto diferente. À partida a ideia de aplicar um determinado estudo já efetuado em condições diferentes pode parecer desinteressante, mas segundo Sousa e Baptista (2011) o processo na construção de um corpo de conhecimento depende da capacidade das replicações que servem para verificar e ampliar os resultados obtidos anteriormente. Para reforçar a mesma ideia, e no ponto de vista de Cardona Moltó (2002), citado por Sousa e Baptista (2011), um dos principais problemas da investigação é a falta de replicação de estudos que faz com que se deem por verdadeiro pressupostos que ainda estão pouco consolidados ou mal compreendidos.

O propósito desta investigação é o de descrever o nível de impacto da gestão do risco de crédito na rentabilidade de alguns bancos em Portugal. Considerando isso, a questão da investigação ficou formulada da seguinte forma:

- ❖ *Como é que a gestão do risco de crédito afeta a rentabilidade dos bancos em Portugal?*

3.1. Metodologia

A metodologia aplicada foi fundamentalmente quantitativa de carácter exploratório, isto porque tendo em conta que esta metodologia representa um processo sistemático de recolha de dados observáveis e quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras de uma população (Freixo, 2012), será a metodologia adequada para ajudar a dar resposta a questão da investigação. Usamos um modelo de regressão linear simples para analisar dados anteriormente retirados em Relatórios e Contas anuais dos bancos que compõem a amostra. Com base nos resultados alcançados conduzimos a análise e procuramos dar resposta a questão da investigação. A análise feita aos resultados é apresentada usando o método descritivo, procurando assim traçar o comportamento das variáveis envolvidas.

Quanto à estratégia metodológica, foi considerado o estudo de um caso. Esta estratégia pressupõe a “exploração de um único fenómeno, limitado no tempo e na ação, onde o

investigador recolhe informação detalhada. É um estudo intensivo e detalhado de uma entidade bem definida, um caso, que é único, específico, diferente e complexo” (Sousa & Baptista, 2011, p. 64).

3.1.1. Amostra

Uma amostra é uma parte da população alvo⁷ que é observada com o intuito de obter informações para estudar a característica pretendida. Por norma, grande parte dos estudos estatísticos é baseada em amostras, quando a população alvo é consideravelmente extensa, o que pode inviabilizar a sua utilização no seu todo.

Para o estudo em questão, a amostra ficou constituída pelas cinco maiores instituições bancárias a operar em Portugal⁸, tendo em conta o total dos ativos detidos em finais de 2012. Estas instituições bancárias foram identificadas através da análise dos Balanços anuais de 2012 (dados consolidados) da atividade bancária divulgados pela APB⁹ (s.d.). Portanto, efetuamos uma seleção racional¹⁰ e/ou por quotas¹¹ da amostra. Seguimos este critério na seleção das instituições bancárias por considerarmos que as mesmas são certamente as que estarão numa fase mais avançada no processo de gestão de risco, pela experiência adquirida ao longo das décadas de existência. O período temporal considerado está compreendido entre 2007 e 2013, tendo em conta a disponibilidade dos dados. Desta forma, foram reunidos dados para um período de sete anos relativos a cinco instituições bancárias, listadas na tabela que se segue:

⁷ Segundo Freixo (2012) a população alvo é constituída pelo grupo para o qual o investigador deseja generalizar os resultados do seu estudo.

⁸ Os cinco maiores bancos. (Expresso, 2011) (JN - Jornal de Notícias, 2011) (Fonseca, 2013) (Alcarva, 2011).

⁹ “A Associação Portuguesa de Bancos (APB) é a principal entidade que representa o sector bancário português. A APB reúne a maioria dos bancos nacionais e dos bancos estrangeiros que exercem a atividade bancária em Portugal. Os seus associados representam cerca de 94% do ativo do sistema bancário. A APB representa 21 de um total dos 34 Bancos que estão registados no Banco de Portugal.” (APB - Associação Portuguesa de Bancos, s.d., pp. 1-2)

¹⁰ “Amostra de tipo não probabilística em que os elementos da população são escolhidos por causa da correspondência entre as suas características e os objetivos de estudo” (Freixo, 2012, p. 212).

¹¹ “Amostra de tipo não probabilística em que os sujeitos são escolhidos por apresentarem certas características procuradas.” (Freixo, 2012, p. 212).

Tabela 2 - Composição da amostra

Instituição Bancária	Sigla	Distribuição do capital
Caixa Geral de Depósitos	CGD	É detido pelo acionista único, Estado Português. Informação obtida a 22 de Junho de 2014.
Banco Comercial Português	BCP	Colaboradores do grupo 0,41%; Individuais 33,65%; Institucionais 29,33%; Empresas 36,61%. Informação referente ao ano de 2013.
Banco Português de Investimento	BPI	A 30 de Junho de 2014, particulares detinham 12,4% do capital, os investidores institucionais e as empresas detinham os remanescentes 87,6% do capital.
Santander Totta	-	Em finais de 2013, 99,85% do capital era detido pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL.
Banco Espírito Santo	BES	No ano de 2013, os principais acionistas do BES eram o Espírito Santo Financial Group e Crédit Agricole, o Banco Bradesco, através da Bradport, e o Grupo Portugal Telecom. Em conjunto representam 46% do capital do Banco.

Fonte: Elaboração própria. (CGD - Caixa Geral de Depósitos) (Millennium BCP, 2014a) (Banco BPI, 2014a) (Santander Totta SGPS, 2014) (BES - Banco Espírito Santo, S.A., 2014b)

3.1.1.1. Caracterização dos Bancos que Compõem a Amostra

A caracterização dos bancos portugueses que integram a amostra foi efetuada a partir da informação incluída nos respetivos últimos Relatórios e Contas. Em relação a cada banco, apresentamos uma síntese dos seus marcos históricos.

Caixa Geral De Depósitos

“A Caixa Geral de Depósitos é a marca de referência no mercado financeiro português, é a matriz de um moderno grupo financeiro, preparado para satisfazer as necessidades e expectativas de milhões de clientes em 24 mercados” refere a Brandscore – Barómetro de Marca (2013) citada no Relatório e Contas 2013 da CGD (2014, p. 21).

A CGD assume-se como sendo o Banco de todos os Portugueses, famílias e empresas, proporcionando pró ativamente soluções para as atuais necessidades e objetivos, os quais refletem a notável capacidade de adaptação dos agentes económicos a um enquadramento económico que nos últimos anos se tem pautado por elevados níveis de dificuldade e exigência (CGD - Caixa Geral de Depósitos, 2014). Na tabela 3 apresentamos alguns marcos históricos da CGD considerados particularmente relevantes.

Tabela 3 – Marcos históricos da CGD

1876	Criação da CGD, na dependência da Junta de Crédito Público.
1880	Criação da Caixa Económica Portuguesa, fundida com a CGD em 1885.
1896	Autonomiza-se da Junta de Crédito Público.
1918	Passa a desenvolver as atividades de crédito em geral.
1969	Até então serviço público sujeito às regras da Administração do Estado, assume o estatuto de empresa pública.
1988	Criação do Grupo Caixa.
1993	A CGD é transformada numa sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.
2004	Aquisição da seguradora Império Bonança.
2009	Presença no Brasil através do Banco Caixa Geral Brasil.

	Entrada no capital do Banco Caixa Geral Totta de Angola, em que a CGD e o Santander Totta controlam 51% do total.
2010	Constituição do Banco para Promoção e Desenvolvimento (BPD) em Angola, a deter em partes iguais pelos Grupos CGD e Sonangol.
2013	Alienação da participação da CGD no capital social do BPD ao grupo Sonangol.

Fonte: Elaboração própria. (CGD - Caixa Geral de Depósitos, 2014)

Banco Comercial Português

O BCP (ou Millennium BCP) é o maior banco privado português. Tem o seu centro de decisão em Portugal, sendo líder destacado em várias áreas de negócio financeiro no mercado português e uma instituição de referência a nível internacional (Millennium BCP, 2014b). O banco tem ainda assumido uma posição de relevo em África, através das suas operações bancárias em Moçambique e Angola, e na Europa, através das suas operações na Polónia, Roménia e Suíça (Millennium BCP, 2014b). A tabela 4 apresenta marcos e datas particularmente relevantes na história do BCP.

Tabela 4 – Marcos históricos do BCP

1985	Fundação.
1989	Lançamento da Nova Rede.
Até 1994	Crescimento orgânico, atingindo quota de mercado de cerca de 8% em crédito e depósitos em 1994.
1995	Aquisição do Banco Português do Atlântico, S.A.
2000	Aquisição do Banco Pinto & Sotto Mayor e incorporação do Grupo José Mello (Banco Mello e Império).
2004	Acordo com o Grupo CGD e com a Fortis para o negócio de seguros.
2006	Adoção da marca única Millennium.
2008	Acordo de parcerias estratégicas com a Sonangol e o Banco Privado Atlântico.

Fonte: Elaboração própria. (Millennium BCP, 2014b)

Banco Português de Investimento

O Banco BPI (ou somente BPI) é líder do Grupo BPI, um grupo financeiro centrado nas atividades de banca de empresas e de retalho e na prestação de serviços de banca de investimento e de gestão de ativos (Banco BPI, 2014).

Os dois principais mercados onde está presente são Portugal, caracterizado por ser um mercado desenvolvido e concorrencial onde o BPI detém uma forte posição competitiva e Angola, uma economia emergente que tem registado um crescimento forte e sustentado ao longo dos últimos anos, onde o BPI, através da participação no BFA (Banco de Fomento de Angola), detém uma posição de liderança do mercado (Banco BPI, 2014). A tabela 5 contém alguns marcos históricos particularmente relevantes do BPI.

Tabela 5 – Marcos históricos do BPI

1981	Criação da SPI - Sociedade Portuguesa de Investimentos.
1985	Fundação do BPI, por transformação da SPI.
1991	Aquisição do Banco Fonecas & Burnay.
1995	Criação da holding bancária BPI SGPS.
1998	Criação do Banco BPI por fusão dos quatro bancos comerciais do Grupo (Banco Fonecas & Burnay, do Banco de Fomento e Exterior e do Banco Borges & Irmão).
1999-2001	Crescimento, modernização e reforço estrutural.
2002-2005	Reorganização interna – que dotou o Grupo de uma configuração jurídica simplificada.
2006-2007	Em 2006, o BPI completou 25 anos de atividade.
	Em 2007, concluiu-se sem êxito, a OPA hostil lançada sobre o banco.
2008- Actualidade	A gestão do Banco concentrou-se em quatro prioridades: defesa e reforço do capital, garantia dos níveis de liquidez, redução dos riscos e fortalecimento da relação com os Clientes.

Fonte: Elaboração própria. (Banco BPI, 2014)

Santander Totta

O Santander Totta (BST) é um grande grupo financeiro internacional, cujo principal negócio é a banca comercial, de referir ainda que conta com uma presença muito relevante em dez mercados principais, onde opera com filiais autónomas em capital e liquidez, às quais faculta políticas globais de negócio e capacidades corporativas de organização e tecnologia (Santander Totta SGPS, 2014). A diversificação geográfica entre mercados maduros e mercados emergentes tem garantido a sustentabilidade do banco (Santander Totta SGPS, 2014). Na tabela 6 encontram-se alguns marcos históricos da instituição bancária em causa.

Tabela 6 – Marcos históricos do BST

1857	O Santander nasceu, na cidade que lhe deu o nome.
1988	O Santander entrou em Portugal, adquirindo uma pequena participação do Banco de Comercio e Indústria.
1993	É criado o Banco Santander de Negócios Portugal.
1997	Administração conjunta entre o Santander de Negócios e o BCI.
1998	Opera-se a mudança de imagem e de designação social do BCI para Banco Santander Portugal.
2000	O Grupo Santander adquiriu o Banco Totta.
2004	O Banco enceta uma profunda reorganização societária e jurídica. Todas as entidades bancárias comerciais que constituem o grupo em Portugal são fundidas numa só, nasce o BST.
2008	O Banco recebeu, pelo sétimo ano consecutivo o prémio de «Melhor Banco em Portugal» atribuído pela revista Euromoney e o prémio “Banco do Ano” da revista The Banker.

Fonte: Elaboração própria. (Santander Totta SGPS, 2014)

Banco Espírito Santo

O BES é o banco português com maior capitalização bolsista e tem por objetivo central da sua atividade a criação de valor para clientes, colaboradores e acionistas (BES - Banco Espírito Santo, S.A., 2014b).

Atualmente, o BES está presente em 25 países e 4 continentes, através de sucursais, escritórios de representação ou empresas participadas. A expansão internacional do BES assenta na premissa de orientação para mercados com afinidades económicas e culturais com Portugal e com elevado potencial de crescimento, e o forte posicionamento no mercado doméstico, complementado pela expansão internacional, são o resultado de uma gestão tradicionalmente conservadora e de criação de valor a longo prazo (BES - Banco Espírito Santo, S.A., 2014b).

Na tabela em baixo, temos alguns dos marcos históricos nomeadamente importantes.

Tabela 7 – Marcos históricos do BES

1869-1915	Da “Caza de Cambio” á J. M. Banco Espírito Santo Silva & C. ^a . O BES tem origem na atividade de José Maria do Espírito Santo e Silva, que na altura negociava títulos de crédito e operações cambiais.
1916-1932	Da Espírito Santo Silva & C ^a ao Banco Espírito Santo. Falecido o fundador, a firma dissolve-se para dar lugar á Casa Bancária Espírito Santo Silva & C ^a ., em 1920 é transformada a Casa Bancária em Banco.
1933-1954	Do BES ao BESCL: Expansão da rede comercial e liderança da banca privada. Em 1937, a designação social é alterada para Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL).
1955-1972	Internacionalização, fomento industrial e inovação dos produtos bancários.
1973-1990	Constituição do Grupo Espírito Santo (GES). Em 1975 é criada a Espírito Santo International Holding, e três anos mais tarde, a <i>Compagnie Financière</i> Espírito Santo.
1991 - Atualidade	GES: consolidação e estratégia da expansão nacional e internacional assente na criação de valor. Passou de Banco Universal a Grupo Financeiro Global – GES). BESCL adota a designação de Banco Espírito Santo.

Fonte: Elaboração própria. (BES - Banco Espírito Santo, S.A., 2014b)

3.1.2. Especificação do Modelo

Para responder à questão da investigação, o modelo adotado é uma adaptação do que foi utilizado por Hosna, Manzura, e Juanjuan (2009), iremos focar-nos essencialmente em estudar a relação existente entre a gestão do risco de crédito e a rentabilidade dos bancos. E este relacionamento pode ser definido por um modelo matemático, representado por uma equação em que se relaciona uma variável dependente¹² (Y) com a variável independente¹³ (X), como é aqui demonstrado (Reis, 2005):

$$Y = \alpha + \beta_1 X \quad (1)$$

Ao contrário do considerado no trabalho que serviu de referência primordial, neste estudo empírico, teremos uma regressão linear simples¹⁴ em vez de uma regressão linear múltipla. Um modelo de regressão linear simples descreve uma relação entre uma variável independente e uma variável dependente, ou seja, ao manipular a variável independente, a variação daí resultante vai refletir-se na variável dependente (Reis, 2005).

Tabela 8 - Modelo

Definição das variáveis

Y – O valor da variável dependente;	Y: ROE – Indicador de Rentabilidade
α – O termo constante;	
β – Coeficiente da equação;	
X – O valor da variável independente:	X_1 : NPLR (Rácio do Crédito em Incumprimento) – Indicador da Gestão do Risco de Crédito

Fonte: Elaboração própria. (Hosna, Manzura, & Juanjuan, 2009)

¹² É a variável que numa experiência é especialmente manipulada pelo experimentador de modo a que os seus efeitos possam ser observados na variável dependente (Freixo, 2012).

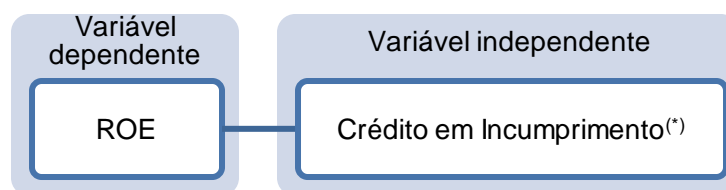
¹³ É a variável cujos valores são em princípio o resultado de variações de uma ou mais variáveis independentes e respetivas condições, ou seja, resposta que reflete os efeitos da variável independente manipulada (Freixo, 2012).

¹⁴ Se em vez de uma variável independente, fossem incorporadas várias, o modelo passaria a denominar-se modelo de regressão linear múltipla (Meyers, Gamst, & Guarino, 2013).

O coeficiente α representado na tabela 8 é denominado por constante pois corresponde ao valor da variável dependente Y quando o efeito da variável independente X é nulo (Meyers, Gamst, & Guarino, 2013).

O Coeficiente β representa o grau de associação linear entre variáveis, esta medida quando igual a +1 representa a existência de uma relação linear perfeita e positiva, enquanto -1 representa também uma relação linear perfeita mas negativa (Reis, 2005). Valores próximo de zero para o coeficiente de relação linear indicam uma associação linear pobre entre variáveis (Greasley, 2008). O β na reta de regressão $Y=\alpha+\beta X$ corresponde exatamente ao declive dessa reta e, por isso, dá-nos a conhecer a configuração dessa reta: se for positivo a reta terá um declive positivo e vice-versa; quanto maior o seu valor, mais acentuado esse declive (Reis, 2005).

Figura 4 – Variáveis do modelo



(*) Calculado de acordo com instruções do BdP.

Fonte: Elaboração própria.

Estabelecida a relação do modelo e o estudo pretendido na Tabela 8 e na Figura 4, ficamos então com a equação de regressão que determina a relação entre X (NPLR) e Y (ROE) da seguinte forma:

$$ROE = \alpha + \beta_1 NPLR \quad (2)$$

Para alcançar e analisar os resultados da equação, utilizando informação¹⁵ dos bancos da amostra, utilizamos um *software* de análise estatística, IBM SPSS *Statistics* 22.

No *output* obtidos no SPSS¹⁶, analisamos também os coeficientes (β_0 e β_1), o que permite então avaliar particularmente o impacto da variável independente. Para isso focalizamos nos

¹⁵ Dados necessários para análise no SPSS, Anexo 2 e Apêndices 1.

¹⁶ Apêndice 2, correspondente ao resultado obtido pelo SPSS para o modelo de regressão considerado.

coeficientes não padronizados. A interpretação do coeficiente β_0 permite concluir que se a variável X for igual a zero, a variável Y deverá ser igual a β_0 (Meyers, Gamst, & Guarino, 2013). A interpretação do coeficiente β_1 permite concluir caso este seja positivo, que a cada unidade adicional na variável X a variável Y deve aumentar em β_1 unidades, caso seja negativo, a interpretação é que em cada unidade adicional na variável X, a variável Y deve diminuir em β_1 , unidades (Meyers, Gamst, & Guarino, 2013).

Teremos também no *output* do SPSS, o valor de *sig.* ou *p-value*, que irá permitir testar a significância estatística de uma estatística obtida contra o nível de significância (α) estabelecido (Meyers, Gamst, & Guarino, 2013). O valor de *p-value* normalmente é comparado com o nível de significância de $\alpha=0.1$, $\alpha=0.05$ ou $\alpha=0.01$, iremos considerar o de 0.05. Assim sendo, assume-se que quando *p-value* for superior a 0.05, a variável independente não apresentará uma relação estatisticamente significativa com a variável dependente (Hosna, Manzura, & Juanjuan, 2009).

3.1.2.1. Caracterização/Descrição das Variáveis

Rentabilidade dos Capitais Próprios - ROE (*Return On Equity*)

Partindo do princípio que os ativos podem ser financiados quer por capitais próprios, quer por capitais alheios, é do interesse dos acionistas conhecer a rentabilidade não apenas da totalidade do capital investido (ativo), mas também da parte que foi financiada por si, ou seja dos capitais próprios (Mota & Custódio, 2012). Assim, o ROE é calculado através da seguinte expressão:

$$ROE = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital}} \quad (3)$$

Este rácio proporciona-nos a relação entre os capitais investidos pelos acionistas e a parte dos resultados que está disponível para lhes ser distribuída, ou seja, após remunerados os credores por via do pagamento de juros e após pagos os impostos (Mota & Custódio, 2012).

Rácio do Crédito em Incumprimento - NPLR (*Non-Performing Loans Ratio*)

O incumprimento das responsabilidades de crédito ocorre quando o cliente bancário não paga na data prevista uma prestação do contrato de crédito que celebrou (Carvalho, 2009). Este indicador é calculado de acordo com a instrução do BdP (Banco BPI, 2014) (BES - Banco Espírito Santo, S.A., 2014a) (CGD - Caixa Geral de Depósitos, 2014) (Santander Totta SGPS, 2014) (Millennium BCP, 2014b).

3.2. Resultados e Discussão

São discutidos neste ponto os resultados que apresentam significância estatística, bem como as suas principais implicações.

A relação entre a gestão do risco de crédito e a rentabilidade dos cinco bancos

A tabela 9 apresenta resultados da regressão citada anteriormente no ponto 3.1.2, onde ROE surge como variável dependente. O coeficiente (ρ) apresentado indicia que o NPLR afeta negativamente o ROE, isso indica que a relação entre essas variáveis é inversa, uma vez que o sinal é negativo. Além disso, considera-se, que existe uma relação linear forte entre as variáveis, pois o valor de 0,739 (ρ) (desconsiderando o sinal) é superior a 0,7 (considera-se que a relação é alta, quando o coeficiente de correlação está próximo de +/-1). Quando queremos avaliar se o coeficiente de correlação é alto ou baixo, desconsideramos o sinal (Meyers, Gamst, & Guarino, 2013). Quanto ao coeficiente (β_1) é -3,766 o que significa que a cada unidade adicional na variável NPLR, a variável ROE diminui 3,766. Como o *p-value* (da variável NPLR, referente ao coeficiente de β_1) é menor que 0,05, ou seja, menor do que qualquer nível de significância considerável, conclui-se que há evidência de relação linear entre o NPLR (X) e o ROE (Y).

Tabela 9 - Síntese dos coeficientes para os cinco bancos

ROE*	β	β_0	β_1	(P-value)**	N.
NPLR	-0,739	18,954	-3,766	0,000	35

*ROE é a variável independente. **Nível de significância de 0,05=5%

Fonte: Elaboração própria

Ao realizar a regressão linear, constatou-se que existe uma relação linear significativa entre as variáveis Y (ROE) e X (NPLR), para a amostra estudada.

$$\hat{y} = 18,954 - 3,766X \quad \text{ou} \quad \hat{y} = 18,954 - 3,766(NPLR) \quad (4)$$

No geral os resultados da análise de regressão mostram que a gestão do risco de crédito tem impacto na rentabilidade com um nível de significância bastante significativo entre os cinco bancos, estes resultados podem ser equiparados com os apresentados no Apêndice 3¹⁷. De forma a compreender melhor os resultados alcançados e dar resposta à questão da investigação, analisamos como a gestão do risco de crédito afeta a rentabilidade em cada um dos bancos separadamente. Analisando o valor de R², apresentado no resumo do modelo (apêndice 2), podemos concluir que este modelo explica 54,7% da variação de ROE.

A relação entre a gestão do risco de crédito e a rentabilidade na CGD

Tabela 10 - Síntese dos coeficientes para a CGD

ROE*	β	β_0	β_1	(P-value)**	N.
NPLR	-0,857	17,797	-3,751	0,014	7

*ROE é a variável independente. **Nível de significância de 0,05=5%

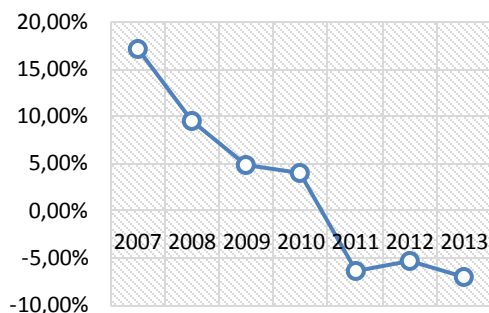
Fonte: Elaboração própria

A tabela 10 apresenta resultados da regressão aplicada somente a CGD, onde ROE surge como a variável dependente considerada. O coeficiente (ρ) apresentado indicia que o NPLR afeta o ROE negativamente, isso indica que a relação entre essas variáveis é inversa, uma vez que o sinal é negativo. Além disso, considera-se, que existe uma relação linear forte entre as variáveis, pois o valor de 0,857 (ρ) está próximo de 1.

¹⁷ ROE e NPLR dos 5 bancos entre 2007 e 2013, em percentagens (Apêndice 3).

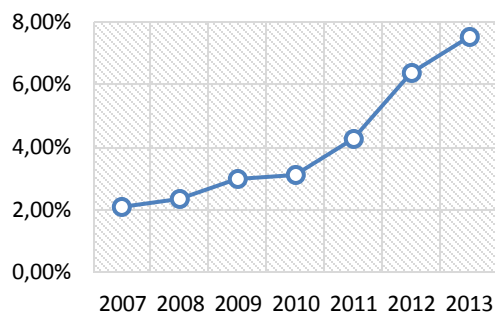
Quanto ao coeficiente (β_1) é -3,751 o que significa que a cada unidade adicional na variável NPLR, a variável ROE diminui 3,766. Como o *p-value* é igual a 0,014, ou seja, menor do que o nível de significância considerado, conclui-se que há evidência de relação linear entre o NPLR e o ROE.

Gráfico 6 – ROE da CGD



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 7 – NPLR da CGD



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 6 mostra a variação de ROE da CGD no período entre 2007 e 2013. E através dele verificamos que este rácio, que corresponde ao indicador de rentabilidade considerado no estudo, tem desde 2007 apresentado uma tendência decrescente no geral, embora haja uma pequena subida entre 2011 e 2012.

O gráfico 7 apresenta a variação do NPLR na CGD no período entre 2007 e 2013. E pelo que é possível verificar, o mesmo apresenta uma tendência crescente. Pela observação dos dois gráficos confirma-se o resultado alcançado com a regressão, a existência de uma relação inversa entre a gestão do risco de crédito (com o indicador NPLR) e a rentabilidade (com o indicador ROE).

A relação entre a gestão do risco de crédito e a rentabilidade no BCP

Tabela 11 - Síntese dos coeficientes para o BCP

ROE*	β	β_0	β_1	(<i>P-value</i>)**	N.
NPLR	-0,895	20,114	-5,665	0,006	7

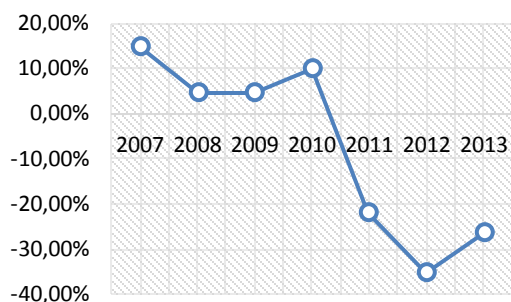
*ROE é a variável independente. **Nível de significância de 0,05=5%

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 11 apresenta resultados da regressão aplicada somente ao BCP, onde ROE surge como a variável dependente considerada. O valor do coeficiente (ρ) apresentado indicia que o NPLR afeta negativamente o ROE, e que existe uma relação linear forte entre as variáveis,

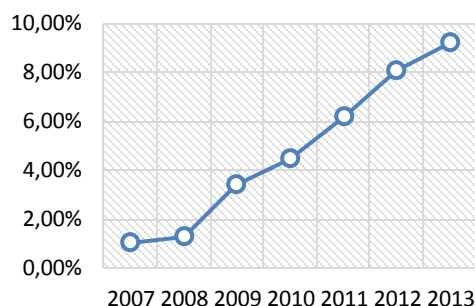
pois o valor de 0,895 (ρ) está próximo de 1. Quanto ao coeficiente (β_1) é -5,665 o que significa que a cada unidade adicional na variável NPLR, a variável dependente diminui 5,665. Como o p -value é igual a 0,006, ou seja, menor do que o nível de significância considerado, conclui-se que existe evidência estatística de relação linear entre o NPLR e o ROE, sobre os dados do BCP.

Gráfico 8 – ROE do BCP



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 9 – NPLR do BCP



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 8 está presente a variação de ROE do BCP no período entre 2007 e 2013. E pelo que é possível verificar, este rácio tem desde 2007 apresentado uma tendência decrescente, no período entre 2010 e 2011 registou-se a queda mais acentuada. Há dois períodos (2009-2010 e 2012-2013) em que registou-se uma pequena tendência crescente, mas não o suficientemente significativo ao ponto de alterar a tendência decrescente geral.

O gráfico 9 apresenta a variação do NPLR do BCP no período entre 2007 e 2013. Observando o gráfico verificamos uma tendência estritamente crescente deste rácio. E fazendo uma análise combinada dos dois gráficos (gráfico 8 e gráfico 9) verificamos que os resultados convergem para os que foram alcançados com a regressão, ou seja, confirma-se a existência de uma relação inversa entre a gestão do risco de crédito e a rentabilidade do BCP.

A relação entre a gestão do risco de crédito e a rentabilidade no BES

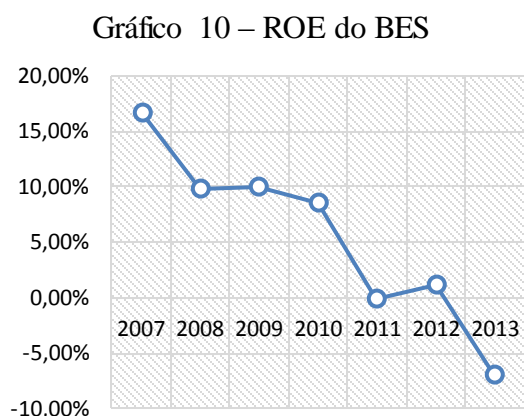
Tabela 12 - Síntese dos coeficientes para o BES

ROE*	β	β_0	β_1	(P -value)**	N.
NPLR	-0,920	15,772	-1,928	0,003	7

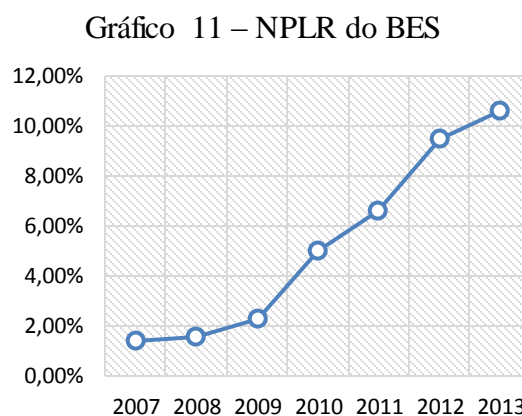
*ROE é a variável independente. **Nível de significância de 0,05=5%

Fonte: Elaboração própria

A tabela 12 apresenta resultados da regressão aplicada somente ao BES, onde ROE surge como a variável dependente considerada. O valor do coeficiente (ρ) indicia que o NPLR afeta negativamente o ROE, e que existe uma relação linear forte entre as variáveis, pois o valor de 0,920 (ρ) está bastante próximo de 1. O coeficiente (β_1) é de -1,928 o que significa que a cada unidade adicional na variável NPLR, a variável dependente diminui 1,928. O *p-value* é igual a 0,003, pelo que é possível concluir que existe evidências estatísticas de uma relação linear entre o NPLR e o ROE, com base nos indicadores do BES.



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 10 está presente a variação de ROE do BES no período entre 2007 e 2013. Pelo que é possível verificar, este rácio tem apresentado uma tendência decrescente ao longo dos anos em questão, mas entre 2011 e 2012 registou-se uma ligeira subida mas que não alterou a tendência.

O gráfico 11 apresenta a variação do NPLR do BCP no período entre 2007 e 2013. O gráfico em questão apresenta uma tendência estritamente crescente deste rácio. Combinando a análise dos dois gráficos (gráfico 10 e gráfico 11) com os resultados obtidos na regressão, verifica-se que convergem nas conclusões a retirar, uma vez que confirma-se a existência de uma relação inversa entre a gestão do risco de crédito e a rentabilidade.

A relação entre a gestão do risco de crédito e a rentabilidade no BPI

Tabela 13 - Síntese dos coeficientes para o BPI

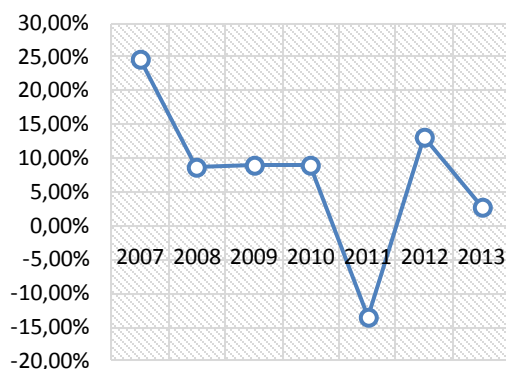
ROE*	β	β_0	β_1	(<i>P-value</i>)**	N.
NPLR	-0,397	18,055	-3,490	0,378	7

*ROE é a variável independente. **Nível de significância de 0,05=5%

Fonte: Elaboração própria

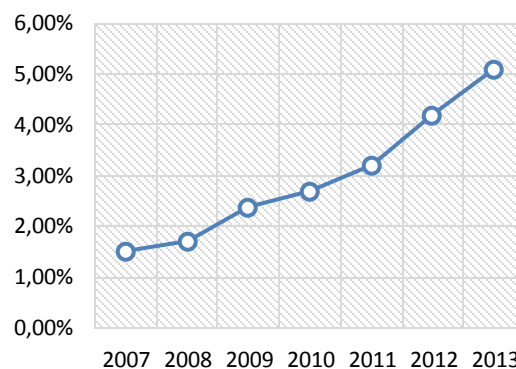
A tabela 13 apresenta resultados da regressão aplicada somente ao BPI, onde ROE surge como a variável dependente considerada. O valor do coeficiente (ρ) indicia que o NPLR afeta negativamente o ROE, o mesmo coeficiente revela que a relação entre as variáveis é fraca, pois o valor de 0,397 (ρ) está mais próximo de zero do que de 1. Passando então para a interpretação do valor de *p-value* (igual a 0,378), confirma-se que não existe evidência estatística para considerar uma relação linear entre o NPLR e o ROE com base nos indicadores do BPI, pois o valor de *p-value* é superior aos de qualquer dos níveis de significância consideráveis.

Gráfico 12 – ROE do BPI



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 13 – NPLR do BPI



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 12 mostra a variação de ROE no BPI no período entre 2007 e 2013. E através dele notamos que este rácio nesta instituição bancária, não apresenta uma tendência facilmente identificável uma vez que é inconstante.

O gráfico 13 apresenta a variação do NPLR no BPI no período entre 2007 e 2013. E evidencia uma tendência crescente. Pela observação e análise dos dois gráficos, será inconclusivo procurar estabelecer alguma relação entre os rácios, e isto vai de encontro ao resultado alcançado com a regressão, ou seja, não é possível estabelecer uma relação entre a gestão do risco de crédito e a rentabilidade considerando os indicadores do BPI.

A relação entre a gestão do risco de crédito e a rentabilidade no BST

Tabela 14 - Síntese dos coeficientes para o BST

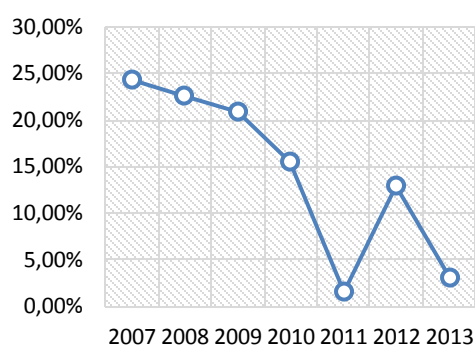
ROE*	β	β_0	β_1	(<i>P-value</i>)**	N.
NPLR	-0,771	24,842	-5,447	0,042	7

*ROE é a variável independente. **Nível de significância de 0,05=5%

Fonte: Elaboração própria

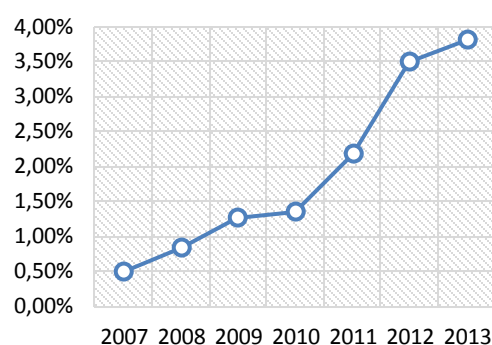
A tabela 14 apresenta resultados da regressão aplicada somente ao BST, onde ROE surge como a variável dependente considerada. O valor do coeficiente (ρ) sugere que o NPLR afeta negativamente o ROE, e que existe uma relação linear forte entre as variáveis, pois o valor de 0,771 (ρ) está próximo de 1. O coeficiente (β_1) por sua vez, com o valor de -5,447, sugere que a cada unidade adicional na variável NPLR, a variável dependente diminui 5,447. O *p-value* por sua vez é igual a 0,003, pelo que pressupõe que existe evidência estatística de uma relação linear entre o NPLR e o ROE, com base somente nos rácios do BST.

Gráfico 14 – ROE do BST



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 15 – NPLR do BST



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 14 mostra a variação de ROE no BST no período entre 2007 e 2013. Entre o período de 2007 e 2011, o gráfico prevê a existência de uma tendência estritamente decrescente, mas entre o ano de 2011 e 2012 ocorre uma ligeira subida, sendo que no ano seguinte volta a existir um movimento descendente deste indicador.

O gráfico 15 apresenta a variação do NPLR no BST no período entre 2007 e 2013. O mesmo apresenta uma tendência estritamente crescente do rácio NPLR. E tendo em conta o que o gráfico 14 mostra, os dois gráficos acabam por evidenciar o resultado alcançado com a regressão, ou seja, existência de uma relação inversa entre a gestão do risco de crédito e a rentabilidade quando considerados somente dados do BST.

CONCLUSÕES

Esta secção procura apresentar de forma estruturada as principais conclusões obtidas ao longo da investigação realizada, quer na revisão de literatura quer no estudo empírico.

Na revisão de literatura, constituída pelos capítulos um e dois, tendo em conta o objetivo do nosso estudo, que é o de determinar o impacto da gestão do risco de crédito sobre a rentabilidade dos bancos, procurou-se observar os principais conceitos relacionados com este tema. Através, do levantamento efetuado verificamos que a gestão do risco de crédito é objeto de estudo de diversos autores em distintas vertentes, o que faz com que haja um elevado número de divulgações, e o que por si só evidencia a pertinência do tema.

Quanto ao conceito de rentabilidade, este que representa uma medida de eficiência económica de uma organização financeira que se encontra em atividade, deve ser enquadrada em três vertentes essenciais: proporcionar confiança, assegurar o desenvolvimento e o crescimento, e a independência dessa organização financeira (Caiado & Caiado, 2008). Pelo que verificamos, na atualidade a rentabilidade no sector bancário só não é tão negativo porque, segundo Alcarva (2011), por norma as operações de crédito não se valem apenas do ganho da taxa de juro, mas acrescem comissões relacionadas, tais como as comissões de organização e de imobilização por crédito não utilização. A baixa rentabilidade ajuda a explicar a fraca atratividade e a falta de confiança do sector bancário nacional, embora existam esforços para inverter a situação por parte das entidades responsáveis pela regularização dos mercados. Conforme Caiado e Caiado (2008), “uma organização que apresenta rentabilidade atrativa inspira confiança às entidades que estão inseridas na sua esfera de ação, como é o caso dos acionistas, instituições financeiras, depositantes, clientes, colaboradores, autoridades monetárias, poderes públicos e o próprio público em geral”, o que não se tem verificado no sector em causa.

Na parte prática uma interessante conclusão que podemos retirar deste estudo é que os resultados obtidos a partir do modelo de regressão utilizado, mostram que a gestão de risco de crédito afeta a rentabilidade dos bancos significativamente, com uma capacidade do rácio

NPLR explicar 54,7%¹⁸ da variação do ROE, no conjunto dos cinco maiores bancos a operar em Portugal. Esses resultados acabam por coincidir com as evidências alcançadas por Hosna, Manzura, & Juanjuan (2009) Ogboi & Unuafé (2013) Poudel (2012), em que destacam que existe relação entre as variáveis. No entanto é importante sublinhar que neste caso o tamanho da amostra não é suficientemente grande para alargar os resultados e considerar representativos de todos os bancos a operar em Portugal. A análise efetuada isoladamente para cada um dos bancos, evidenciou que com os dados do Banco BPI não é possível estabelecer uma relação (positiva ou negativa), entre a gestão do risco de crédito e a rentabilidade, enquanto para os outros bancos fica comprovado que existe evidências estatísticas para considerar que existe uma relação inversa (com o NPLR a apresentar uma tendência estritamente crescente e o ROE com um tendência decrescente).

Poder-se-á dizer que este trabalho permitiu reconhecer a importância do incumprimento de crédito nas principais instituições bancárias a operar em Portugal, o que de resto acaba por reafirmar o que grande parte dos estudos realizados sobre a temática reconhece, ou seja, os efeitos positivos e estatisticamente significativos de uma gestão do risco de crédito eficaz sobre a rentabilidade dos bancos.

Como consequência dos resultados obtidos no âmbito desta investigação é ainda possível apresentar sugestões para futuro. Assim, poderá ser interessante aprofundar na análise individual dos bancos, considerando mais observações para cada um deles. Outra questão que importará estudar prende-se com o Acordo Basileia III, o que implicaria incrementar uma variável na equação utilizada, e assim investigar o impacto deste sobre a rentabilidade dos bancos.

¹⁸ Valor referente ao R-quadrado apresentado no Resumo do Modelo (Apêndice 2).

Referências Bibliográficas

- Alcarva, P. (2011). *A Banca e as PME - Como Gerir Com Eficácia o Relacionamento Entre as PME e a Banca*. Porto: Vida Económica.
- APB - Associação Portuguesa de Bancos. (2014). *Sistema Financeiro*. Acedido em 17 de Junho de 2014, de APB:
http://www.apb.pt/a_apb/associacao_portuguesa_de_bancos/
- APB - Associação Portuguesa de Bancos. (s.d.). *Associação Portuguesa de Bancos*. Acedido em 12 de Junho de 2014, de apb.
- APB - Associação Portuguesa de Bancos. (s.d.). *Estatística*. Acedido em 02 de Junho de 2014, de apb: http://www.apb.pt/estudos_e_publicacoes/estatisticas
- Banco BPI. (2014). *Relatórios e Contas 2013*. Acedido em 05 de Agosto de 2014, de bpi.bancobpi:
<http://bpi.bancobpi.pt/index.asp?riIdArea=AreaDFinanceiros&riId=DContas>
- Banco BPI. (2014a). *Estrutura Accionista*. Acedido em 06 de Outubro de 2014, de bancobpi:
<http://bpi.bancobpi.pt/index.asp?riIdArea=AreaAccionistas&riId=AAccionista>
- BCBS - Bank for International Settlements. (2000). *Principles for the management of credit risk*. Acedido em 08 de Junho de 2014, de BCBS - Bank for International Settlements: <http://www.bis.org/>
- BdP - Banco de Portugal. (2007). *Consultas Públicas*. Acedido em 23 de Junho de 2014, de bportugal: http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ConsultasPublicas/Documents/Consulta_BP_2_07_MAR.pdf
- BdP - Banco de Portugal. (2009). *Glossário*. Acedido em 15 de Abril de 2014, de Banco de Portugal: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Glossarios/Paginas/Glossario.aspx?letter=I>
- BdP - Banco de Portugal. (2011). *Estabilidade financeira e PAEF*. Acedido em 05 de Julho de 2014, de Banco de Portugal: <http://www.bportugal.pt/pt-estabilidadefinanceira/aestabilidadefinanceirapae/Paginas/inicio.aspx>

- BdP - Banco de Portugal. (2014). *Evolução do sistema bancário português*. Acedido em 20 de Setembro de 2014, de Banco de Portugal: <http://www.bportugal.pt/pt-pt/estabilidadefinanceira/aestabilidadefinanceirapaef/evolucaosistemabancario/Paginas/inicio.aspx>
- BdP - Banco de Portugal. (2014a). *Legislação e normas*. Acedido em 19 de Junho de 2014, de Banco de Portugal: <http://www.bportugal.pt/PT/Legislacaoenormas/Paginas/default.aspx>
- BdP - Banco de Portugal. (2014b). *O Banco e o Eurosistema*. Acedido em 20 de Abril de 2014, de Banco de Portugal: <http://www.bportugal.pt/PT/OBancoeoEurosistema/Paginas/default.aspx>
- BdP - Banco de Portugal. (2014c). *Supervisão comportamental*. Acedido em 16 de Julho de 2014, de Banco de Portugal: <http://www.bportugal.pt/pt-pt/supervisao/supervisaocomportamental/Paginas/default.aspx>
- BES - Banco Espírito Santo, S.A. (2014a). *Atividade e Resultados do Grupo Banco Espírito Santo - Exercício de 2013*. Acedido em 20 de Maio de 2014, de bes: www.bes.pt
- BES - Banco Espírito Santo, S.A. (2014b). *Apresentação do Grupo BES*. Acedido em 11 de Maio de 2014, de bes: www.bes.pt
- BIS - Bank for International Settlements. (2010). *Publications & research - Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems*. Acedido em 11 de Julho de 2014, de Bank for International Settlements: <http://www.bis.org/publ/bcbs189.pdf>
- Bloem, A. M., & Gorter, C. N. (2001). *The treatment of nonperforming loans in macroeconomic statistics*. IMF Working Paper.
- Bonfim, D. (2006). Factores determinantees do risco de crédito: O contributo de características das empresas e da envolvente macroeconómica. *Relatório de Estabilidade Financeira - Banco de Portugal*, pp. 161-177.
- Brewer III, E., & Jackson III, W. E. (2006). A note on the “risk-adjusted” price–concentration relationship in banking. *Journal of Banking & Finance*, 1041–1054.

- Caiado, A. C., & Caiado, J. (2008). *Gestão de Instituições Financeiras. 2ª Edição*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Carvalho, P. V. (2009). *Fundamentos da Gestão de Crédito: Uma contribuição para o valor das organizações*. Lisboa: Edições Sílabo.
- CGD - Caixa Geral de Depósitos. (2014). *Relatório e Contas 2013*. Acedido em 27 de Junho de 2014, de cgd: https://www.santandertotta.pt/pt_PT/Investor-Relations/Relatorios-e-Contas/2014.html
- CGD - Caixa Geral de Depósitos. (s.d.). *Estrutura acionista*. Acedido em 22 de Junho de 2014, de cgd: <https://www.cgd.pt/investor-relations/governo-sociedade/estrutura-accionista/Pages/Estrutura-accionista.aspx>
- Cooper, G. (2008). *The Origin of Financial Crises*. Reino Unido: Harriman House Ltd.
- DECO. (s.d.). *investe - fundos próprios*. Acedido em 03 de Junho de 2014, de deco.proteste: <https://www.deco.proteste.pt/investe/fundos-proprios-s1708911.htm>
- Expresso. (2011). *Economia - Cinco maiores bancos portugueses fecharam 85 balcões até junho*. Acedido em 24 de Maio de 2014, de Expresso: <http://expresso.sapo.pt/cinco-maiores-bancos-portugueses-fecharam-85-balcoes-ate-junho=f669648>
- Fonseca, T. (07 de 11 de 2013). *Gráficos*. Acedido em 22 de Maio de 2014, de Dinheiro Vivo: http://www.dinheirovivo.pt/graficos/interior.aspx?content_id=3912915
- Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica Fundamentos Métodos e Técnicas. 4ª Edição*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Greasley, P. (2008). *Quantitative Data Analysis Using SPSS*. Maidenhead: Open University Press.
- Hosna, A., Manzura, B., & Juanjuan, S. (2009). *Credit Risk Management and Profitability in Commercial Banks in Sweden*. Gothenburg: University of Gothenburg-School of Business, Economics and Law.
- JN - Jornal de Notícias. (2011). *Economia - Lucros dos cinco maiores bancos portugueses caíram 45%*. Acedido em 07 de Maio de 2014, de JN:http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=1945200&page=-1

- JPMorgan Chase & Co. (2014). *Financial - Operational Risk*. Acedido em 03 de Junho de 2014, de jpmorgan:
<https://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/en/business/service/finance/risk/operational>
- Kumar, R. (2014). *Strategies of Banks and Other Financial Institutions*. Elsevier Science.
- Martins, A., Cruz, I., Augusto, M., Silva, P. P., & Gonçalves, P. G. (2009). *Manual de Gestão Financeira Empresarial*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Meyers, L. S., Gamst, G. C., & Guarino, A. J. (2013). *Performing Data Analysis Using IBM SPSS*. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Millennium BCP. (2014a). *Estrutura Acionista*. Acedido em 18 de Junho de 2014, de MillenniumBCP:
<http://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Pages/EstruturaAcionista.aspx>
- Millennium BCP. (2014b). *Relatório e Contas 2013*. Acedido em 30 de Junho de 2014, de millenniumbcp:
<http://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Pages/RelatorioContas.aspx>
- Mota, A. G., & Custódio, C. (2012). *Finanças da Empresa* (7ª ed.). Bnomics.
- Ogboi, C., & Unuafé, O. K. (2013). Impact of Credit Risk Management and Capital Adequacy on the Financial Performance of Commercial Banks in Nigeria. *Journal of Emerging Issues in Economics, Finance and Banking*, 703-717.
- Poudel, R. P. (2012). The impact of credit risk management on financial performance of commercial banks in Nepal. *International Journal of Arts and Commerce*, 9-15.
- PUBLICO. (18 de Maio de 2014). *Banco de Portugal vai criar alertas para empresas em risco de falir*. Acedido em 08 de Julho de 2014, de público:
<http://www.publico.pt/economia/noticia/banco-de-portugal-vai-disparar-alertas-para-empresas-em-risco-1636409>
- Reis, E. (2005). *Estatística Descritiva. 6ª Edição*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Rodrigues, J. (2012). *Gestão Estratégica das Instituições Financeiras*. Lisboa: Escolar Editora.

- Santander Totta SGPS. (2014). *Relatório Anual de 2013*. Acedido em 17 de Junho de 2014, de santandertotta: https://www.santandertotta.pt/pt_PT/Investor-Relations/Relatorios-e-Contas/2014.html
- Silva, E. S., Mota, C., Queirós, M., & Pereira, A. (2013). *Finanças e Gestão de Riscos Internacionais*. Porto: Vida Económica.
- Soares, I., Moreira, J., Pinho, C., & Couto, J. (2008). *Decisões de Investimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Tese e Relatórios Segundo Bolonha* (4ª ed.). Lisboa: Pactor.
- Unicre. (2014). *Arquivo e documentos*. Acedido em 20 de Junho de 2014, de UNICRE: http://www.unicre.pt/archive/doc/Disciplina_de_Mercado_2013.pdf

Anexos

Anexo 1 - Tabela de classificação de *rating*

Tabela 15 - Escala das principais agências de *rating*

S&P e FITCH	MOODY'S
Escalões de Investment Grade	
(Zona considerada de boa capacidade de cumprimento)	
AAA	Aaa
AA	Aa
A	A
BBB	Baa
Escalões de Non – Investment Grade	
(Zona considerada especulativa e também designada de junk)	
BB	Ba
B	B
CCC	Caa
CC	Ca
C (1)	C
D (1)	

(1) A S&P tem ainda o escalão CI, que indica não pagamento de juros e tem dentro do D (de *default*), sub escalões de DDD, DD, D.

Fonte Elaboração própria (Mota & Custódio, 2012)

Anexo 2 – Extração dos valores das variáveis nos Relatórios e Contas

Figura 5- Extração do NPLR no Relatório e Contas da CGD

RÁCIOS				
Core Tier 1 (Banco de Portugal)	8,3%	8,8%	9,5%	11,6%
Core Tier 1 (EBA)	n.d.	n.d.	n.d.	9,4%
Tier 1 (Banco de Portugal)	8,5%	8,9%	9,0%	11,2%
Rácio de solvabilidade (Banco de Portugal)	12,6%	12,3%	11,6%	13,6%
Crédito a clientes líquido / Depósitos de clientes	141,7%	136,0%	122,2%	114,0%
Crédito em risco / Crédito total ⁽¹⁾	n.d.	4,2%	6,9%	9,4%
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽¹⁾	3,0%	3,1%	4,3%	6,4%
Crédito vencido / Crédito total	2,9%	2,9%	3,9%	5,7%
Imparidade acumulada / Crédito vencido	105,3%	105,3%	105,0%	92,8%
Imparidade acumulada / Crédito vencido > 90 dias	122,4%	117,4%	116,5%	100,6%

¹ Indicadores Calculados de acordo com instruções do BdP

Fonte: Excerto do Relatório e Contas da CGD 2012

Figura 6 – Extração do ROE no Relatório e Contas do BES

		2011	2012	Variação
Resultado Líquido	milhões de euros	-108,8	96,1	...
ROE	%	-0,05%	1,25%	...
ROA	%	0,00%	0,12%	0,12p.p.
Ativos Totais ⁽¹⁾	milhões de euros	98 589	97 765	-0,8%
Ativo	milhões de euros	80 237	83 691	4,4%
Crédito Clientes (bruto)	milhões de euros	51 211	50 399	-1,6%
Depósitos de Clientes	milhões de euros	34 206	34 540	1,0%

Fonte: Excerto do Relatório e Contas do BES 2012

Figura 7 – Extração do ROE e NPLR no Relatório e Contas do BCP

	2013	2012	2011	2010	2009	VAR. % 13/12
BALANÇO						
Ativo total	82.007	89.744	93.482	98.547	95.550	-8,6%
Crédito a clientes (líquido) ⁽¹⁾	56.353	58.415	63.046	68.604	69.463	-3,5%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	64.260	63.936	60.950	62.302	60.359	0,5%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	52.392	52.545	49.846	47.937	46.780	-0,3%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	48.595	46.181	44.308	42.204	42.094	5,2%
Crédito total, líq./Depósitos de clientes ⁽²⁾	116,9%	127,7%	144,8%	163,6%	164,1%	
Crédito total, líq./Depósitos de clientes ⁽³⁾	117,4%	127,7%	142,9%	-	-	
Capitais próprios atribuíveis aos Acionistas do Banco e Passivos subordinados	6.945	7.671	4.973	7.153	9.108	-9,5%
RENDIBILIDADE						
Produto bancário	1.769,3	2.101,4	2.310,7	2.902,4	2.522,3	-15,8%
Custos operacionais	1.295,2	1.321,2	1.464,9	1.543,2	1.540,3	-2,0%
Imparidades e Provisões	1.286,6	1.319,2	1.729,7	941,1	686,5	-2,5%
Impostos sobre lucros						
Correntes	115,7	81,2	66,4	54,2	65,6	42,6%
Diferidos	(326,4)	(213,3)	(495,2)	(39,8)	(19,4)	
Interesses que não controlam	93,7	81,8	85,8	59,3	24,1	14,5%
Resultado líquido atribuível a Acionistas do Banco	(740,5)	(1.219,1)	(848,6)	344,5	225,2	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	-26,5%	-35,4%	-22,0%	9,8%	4,6%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam /Capitais próprios médios ⁽⁴⁾	-24,9%	-31,5%	-27,3%	10,6%	5,7%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	-0,8%	-1,3%	-0,8%	0,4%	0,3%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam /Ativo líquido médio ⁽⁵⁾	-1,0%	-1,4%	-1,2%	0,4%	0,3%	
Taxa de margem financeira	1,1%	1,3%	1,7%	1,7%	1,6%	
Produto bancário/Ativo líquido médio ⁽⁶⁾	2,1%	2,3%	2,4%	3,0%	2,7%	
Rácio de eficiência ^{(7) (8)}	66,5%	62,6%	57,8%	54,1%	62,9%	
Rácio de eficiência – atividade em Portugal ⁽⁹⁾	80,9%	68,9%	60,2%	48,0%	59,2%	
Custos com pessoal/Produto bancário ^{(10) (11)}	36,8%	35,5%	32,2%	29,0%	35,2%	
QUALIDADE DO CRÉDITO						
Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito total	7,1%	5,8%	4,2%	3,0%	2,3%	
Crédito com incumprimento/Crédito total ⁽¹²⁾	9,2%	8,1%	6,2%	4,5%	3,4%	
Crédito com incumprimento, líq./Crédito total, líq. ⁽¹³⁾	3,7%	1,9%	1,4%	1,2%	0,6%	
Crédito em risco/Crédito total ⁽¹⁴⁾	11,9%	13,1%	10,1%	7,1%	6,0%	
Crédito em risco, líq./Crédito total, líq. ⁽¹⁵⁾	6,6%	7,2%	5,5%	4,0%	3,3%	
Imparidade do crédito/Crédito vencido há mais de 90 dias	80,1%	92,7%	115,0%	109,4%	119,0%	
Custo do risco	137 p.b.	157 p.b.	186 p.b.	93 p.b.	72 p.b.	
CAPITAL⁽¹⁶⁾						
Fundos próprios	6.421	6.773	5.263	6.116	7.541	
Ativos ponderados pelo risco	43.926	53.271	55.455	59.564	65.769	
Rácio Core Tier I ⁽¹⁷⁾	13,8%	12,4%	9,3%	6,7%	6,4%	
Rácio Core Tier I / EBA	10,8%	9,8%	-	-	-	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base ⁽¹⁸⁾	12,9%	11,7%	8,6%	9,2%	9,3%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios ⁽¹⁹⁾	14,6%	12,7%	9,5%	10,3%	11,5%	

Fonte: Excerto do Relatório e Contas do BCP 2013

Apêndices

Apêndice 1 – Base de dados e simplificação da equação de regressão

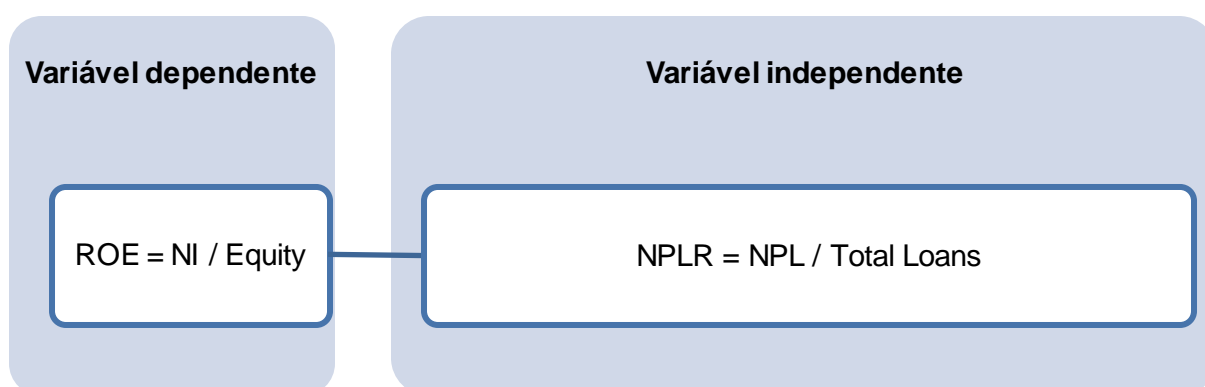
Tabela 16 – Base de Dados

Em percentagem

BES	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ROE	16,60	9,80	10,00	8,60	-0,05	1,25	-6,90
NPLR	1,40	1,58	2,27	4,99	6,59	9,44	10,60
BCP	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ROE	14,90	4,50	4,60	9,80	-22,00	-35,40	-26,50
NPLR	1,00	1,30	3,40	4,50	6,20	8,10	9,20
BPI	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ROE	24,70	8,80	8,90	8,90	-13,50	13,10	2,90
NPLR	1,50	1,70	2,40	2,70	3,20	4,20	5,10
CGD	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ROE	17,10	9,60	4,80	4,10	-6,40	-5,30	-7,10
NPLR	2,07	2,33	3,00	3,13	4,30	6,40	7,50
BST	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ROE	24,40	22,60	20,80	15,50	1,50	12,90	3,10
NPLR	0,50	0,82	1,26	1,34	2,19	3,51	3,80

Fonte: Elaboração própria

Figura 8 – Simplificação da equação de regressão aplicada



Fonte: Elaboração própria. Hosna, Manzura, & Juanjuan (2009)

Apêndice 2 – Output do SPSS

Tabela 17 - Resultados da regressão aplicada sobre os cinco Bancos

Resumo do modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança				
					Alteração de R quadrado	Alteração F	df1	df2	Sig. Alteração F
1	,739 ^a	,547	,533	9,35217	,547	39,786	1	33	,000

a. Preditores: (Constante), NPLR

Coefficientes ^a

Modelo	Coefficients não padronizados		Coefficients padronizados	t	Sig.	Correlações			Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro Padrão				Beta	Ordem zero	Parcial	Parte	Tolerância
1 (Constante)	18,954	2,772		6,837	,000					
NPLR	-3,766	,597	-,739	-6,308	,000	-,739	-,739	-,739	1,000	1,000

a. Variável Dependente: ROE

Fonte: Output do SPSS

Tabela 18 - Coeficientes da regressão aplicada sobre a CGD

Coeficientes ^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Correlações			Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro Padrão	Beta			Ordem zero	Parcial	Parte	Tolerância	VIF
1 (Constante)	17,797	4,574		3,891	,012					
NPLR	-3,751	1,008	-,857	-3,723	,014	-,857	-,857	-,857	1,000	1,000

a. Variável Dependente: ROE

Fonte: Output do SPSS

Tabela 19 - Coeficientes da regressão aplicada sobre o BCP

Coeficientes ^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Correlações			Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro Padrão	Beta			Ordem zero	Parcial	Parte	Tolerância	VIF
1 (Constante)	20,114	7,120		2,825	,037					
NPLR	-5,665	1,261	-,895	-4,492	,006	-,895	-,895	-,895	1,000	1,000

a. Variável Dependente: ROE

Fonte: Output do SPSS

Tabela 20 - Coeficientes da regressão aplicada sobre o BPI

Coeficientes ^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Correlações			Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro Padrão	Beta			Ordem zero	Parcial	Parte	Tolerância	VIF
1 (Constante)	18,055	11,585		1,558	,180					
NPLR	-3,490	3,610	-,397	-,967	,378	-,397	-,397	-,397	1,000	1,000

a. Variável Dependente: ROE

Fonte: Output do SPSS

Tabela 21 - Coeficientes da regressão aplicada sobre o BST

Coeficientes ^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Correlações			Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro Padrão	Beta			Ordem zero	Parcial	Parte	Tolerância	VIF
1 (Constante)	24,842	4,554		5,455	,003					
NPLR	-5,447	2,012	-,771	-2,707	,042	-,771	-,771	-,771	1,000	1,000

a. Variável Dependente: ROE

Fonte: Output do SPSS

Tabela 22 - Coeficientes da regressão aplicada sobre o BES

Coeficientes ^a

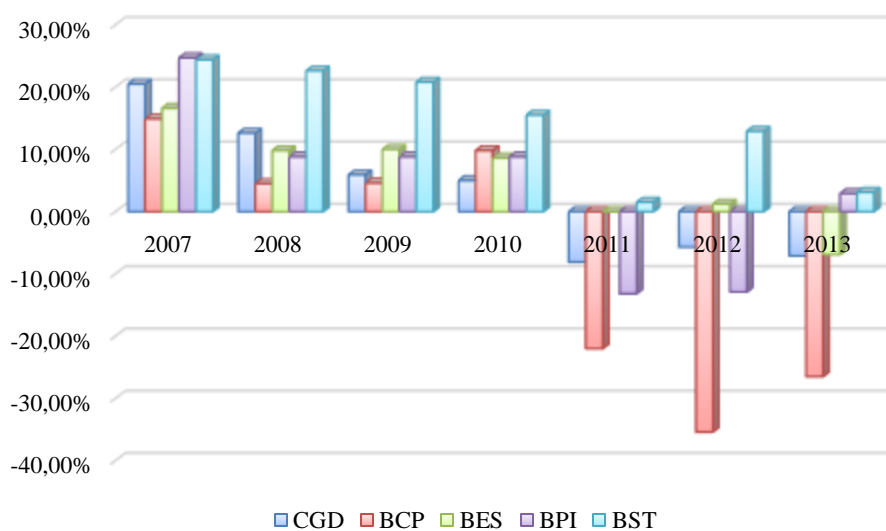
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Correlações			Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro Padrão	Beta			Ordem zero	Parcial	Parte	Tolerância	VIF
1 (Constante)	15,772	2,315		6,814	,001					
NPLR	-1,928	,366	-,920	-5,264	,003	-,920	-,920	-,920	1,000	1,000

a. Variável Dependente: ROE

Fonte: Output do SPSS

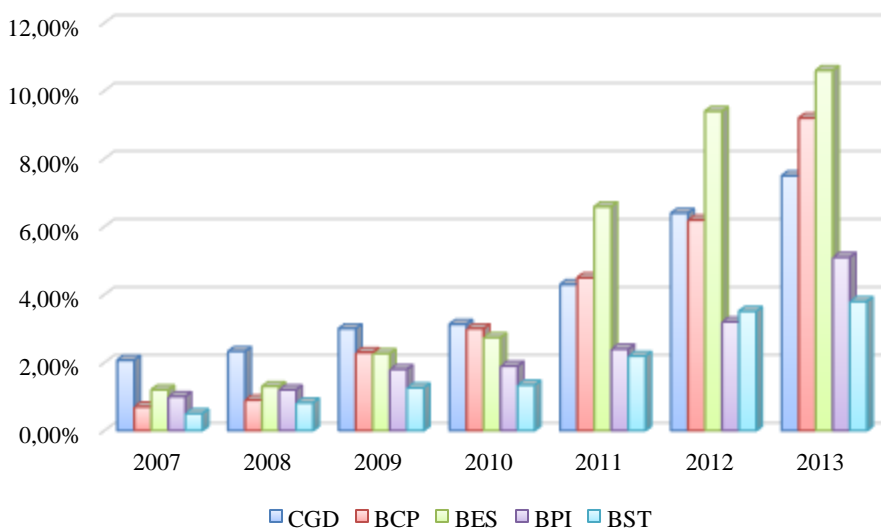
Apêndice 3 – ROE e NPLR dos 5 bancos 2007-2013

Gráfico 16 - ROE dos cinco bancos entre 2007 e 2013



Fonte: Elaboração própria

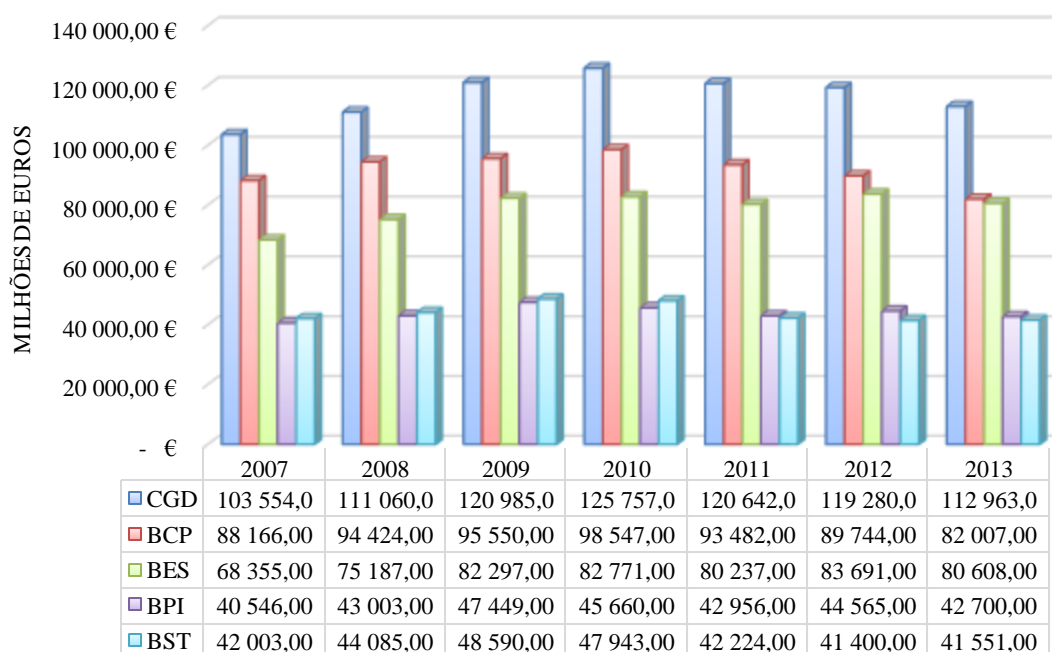
Gráfico 17 – NPLR dos cinco bancos entre 2007 e 2013



Fonte: Elaboração própria

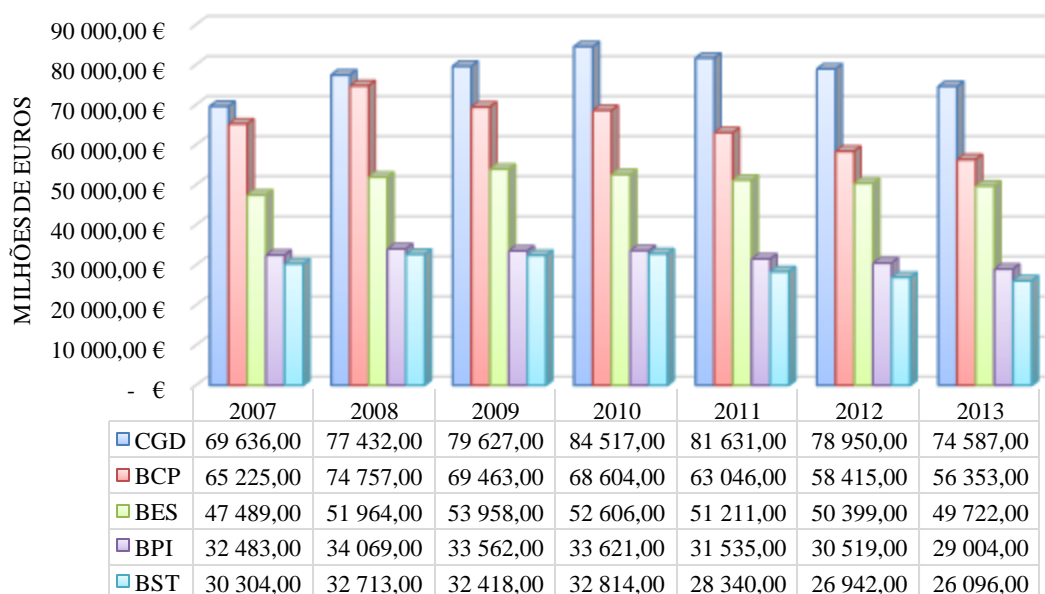
Apêndice 4 – Ativo total e Crédito a clientes dos 5 bancos 2007-2013.

Gráfico 18 – Ativo total dos cinco bancos entre 2007 e 2013



Fonte: Elaboração própria. Relatórios e contas das instituições bancárias, de 2007 a 2013.

Gráfico 19 - Crédito a clientes dos cinco bancos entre 2007 e 2013



Fonte: Elaboração própria. Relatórios e contas das instituições bancárias, de 2007 a 2013.